



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 6753/13 - PROFORTE			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 2192/13	DATA: 10/12/2013	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 14h34min	TÉRMINO: 17h55min	PÁGINAS: 73

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RAUL CORRÊA DA SILVA - Diretor de Finanças do Sport Club Corinthians Paulista.
PAULO ANDRÉ BENINI - Representante do Bom Senso Futebol Clube.
RINALDO JOSÉ MARTORELLI - Presidente da Federação Nacional dos Atletas Profissionais de Futebol - FENAPAF.
MAURICIO ASSUMPCÃO - Presidente do Botafogo de Futebol e Regatas.
ROMILDO BOLZAN JUNIOR - Vice-Presidente do Grêmio Foot-Ball Porto-Alegrense.

SUMÁRIO

Debate acerca do PL 6.753/2013, sobre criação do Programa de Fortalecimentos dos Esportes Olímpicos — PROFORTE.
Apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Ininteligíveis.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há oradores não identificados.
A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª reunião ordinária da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6.753, de 2013, do Sr. Renan Filho e outros, que cria o Programa de Fortalecimento dos Esportes Olímpicos — PROFORTE.

Encontram-se à disposição dos Srs. Deputados cópias da ata da 3ª Reunião, realizada no dia 4 de dezembro. Pergunto se há necessidade de leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Peço a dispensa da leitura, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Não havendo discordância, fica dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Vicente.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discuti-la, em votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a ata.

Expediente.

Comunico que recebemos os seguintes expedientes: ofício da Liderança do PPS, justificando a ausência do Deputado Stepan Nercessian na reunião do dia 3 de dezembro, por estar participando de compromissos políticos partidários; da Secretaria-Geral da Mesa, cópia de ofício da Liderança do PSDB indicando o Deputado Valdivino de Oliveira como titular desta Comissão; da Secretaria-Geral da Mesa, cópia de ofício do PMDB indicando o Deputado Arnaldo Faria de Sá como membro suplente desta Comissão; da Confederação Brasileira de Futebol, informando a impossibilidade da presença do Presidente, Sr. José Maria Marin, em virtude de compromisso já agendado; dos seguintes Presidentes dos Clubes da Série A, informando a impossibilidade do comparecimento, Sr. Wilson Ribeiro, Coritiba Futebol Clube; Sr. Mário Celso Petraglia, Atlético Paranaense; Sr. Mário Gobbi, Sport Club Corinthians Paulista; Sr. Paulo Almeida, Sociedade Esportiva Palmeiras.

Ordem do Dia.

Esta reunião foi convocada para a realização de audiência pública sobre o PL 6.753/13 — PROFORTE, atendendo aos seguintes requerimentos: de autoria do Sr.



Deputado Vicente Candido, Requerimentos nº 4, de 2013; nº 5, de 2013 e nº 11, de 2013; e, de autoria do Deputado Romário, Requerimento nº 19, de 2013.

Convido para tomar assento à mesa o Sr. Raul Corrêa da Silva, Diretor de Finanças do Sport Club Corinthians Paulista; o Sr. Paulo André, representante do Bom Senso Futebol Clube; o Sr. Rinaldo José Martorelli, representante da Federação Nacional de Atletas Profissionais de Futebol — FENAPAF. Está presente também o Presidente Mauricio Assumpção, que virá à mesa logo depois. Mauricio Assumpção é Presidente do Botafogo de Futebol e Regatas. Convido também o Sr. Romildo Bolzan Jr., Vice-Presidente do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense. Tome assento, aqui, Sr. Romildo, por gentileza.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sugiro que V.Exa. chame o Deputado Guilherme Campos, que é da Comissão, que já pode fazer acordo aqui com o Presidente do Botafogo. Amanhã a Ponte Preta faz um jogo importante, que pode decidir tanto o futuro da Ponte quanto o futuro do Botafogo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Está circulando nas redes sociais, segundo o Deputado Marcelo Melo, aqui presente, que o botafoguense é igual ao cidadão que mora em Niterói; ele depende da ponte. *(Risos.)* É melhor essa piada dos que as do Fluminense e do Vasco esta semana, bem melhor.

Eu quero registrar a presença também do Sr. Pedro Daniel, gerente responsável pela área de esporte, que acompanha o Sr. Raul; e do Sr. João Henrique Chiminazzo, advogado, representando o Bom Senso Futebol Clube, que acompanha o Sr. Paulo André.

Antes de passar a palavra ao primeiro convidado para a sua exposição, peço a atenção dos Srs. Deputados para os procedimentos a serem observados durante a audiência. *(Pausa.)* Cada Deputado já tem essas informações. Eu dispenso a leitura dessa apresentação.

Agradecemos muito a presença dos convidados aqui. Com certeza, os senhores vão contribuir muito com um projeto de lei que é da mais alta importância para o futebol brasileiro, e suas presenças aqui enobrecem e qualificam, com muita munção evidentemente, os debates que teremos.



Informo ainda que este debate e tudo o que falarmos aqui é gravado. Posteriormente, a Comissão formata as discussões, os projetos, as sugestões que são dadas. O Relator terá total acesso para fazer o seu trabalho.

Muitos dos convidados terão que viajar às 17 horas. Entendemos essa situação, final de ano é uma correria brava, todo mundo tem seus problemas.

Eu concedo a palavra ao Sr. Raul Corrêa da Silva, que representa a área das finanças do Sport Club Corinthians, que escapou por um triz também este ano.

Eu quero só lembrar, mais uma vez, que, durante este final de ano, até a última sessão, que é na semana que vem, nós vamos receber aqui os jornalistas esportivos. Depois saímos para o recesso e voltamos em fevereiro. Nós esperamos concluir esta rodada de audiências. Nós estamos abertos a todo tipo de sugestão que porventura cada cidadão ligado ao esporte e ao futebol brasileiro possa trazer, as sugestões de encaminhamento para as mais variadas intervenções que os Deputados possam fazer a este projeto de lei, que será aprovado até o final do mês de fevereiro.

Com a palavra o Sr. Raul.

O SR. RAUL CORRÊA DA SILVA - Boa tarde, senhores. É um prazer estar com os senhores. Obrigado pelo convite para falarmos um pouco sobre as finanças dos clubes brasileiros e do nosso mercado de futebol, o que tem ocorrido nos últimos anos, a evolução que tivemos. Inclusive, nós temos a apresentação que vou fazer num livreto; nós trouxemos alguns para os senhores.

(Segue-se exibição de imagens.)

Aqui temos uma ideia do que mudou no futebol brasileiro de 2008 para cá com relação aos 24 maiores clubes. Em 2008, nós tínhamos uma arrecadação de R\$1,438 bilhão por ano; foi para R\$1,649 bilhão; R\$1,8 bilhão; R\$2,3 bilhões e R\$3.195 bilhões, em 2012. Isso foi uma mudança real e efetiva que nós tivemos no que tange à receita dos clubes do Brasil. Em 2008, de R\$1,4 bilhão foi para R\$3,1 bilhões, sendo que R\$3,1 bilhões, em 2011, nós tivemos R\$2,3 bilhões. Em boa parte dessa variação de números, nós tivemos algumas receitas oriundas de arenas e outras receitas oriundas de luvas de negociação de direitos televisivos.



Sobre a fonte das nossas receitas, a cota de televisão representa 40% da receita; o patrocínio, 14%; a alienação de direitos, 14%; a bilheteria, 8; o social, 11%, e outros são 13% das receitas. Essa é a composição.

Vamos ver o que mudou ao longo dos anos. Em 2012, a cota de tevê passou a ter uma participação maior, e na venda de atletas nós tivemos uma redução, desde quando começou a crise europeia. Nós tivemos menos busca de atletas, então temos valores menores.

Como isso funciona no mundo? Se nós pegarmos 2010, 2011 e 2012 (quando falamos dessa evolução, nós estamos falando de mercados consolidados), vemos que, na Inglaterra, foram €2,5 bilhões, €2,6 bilhões para €2,9 bilhões; na Alemanha, €1,7 bilhão, €1,7 bilhão, €1,9 bilhão; na Espanha, €1,6 bilhão, €1,7 bilhão, €1,8 bilhão; na Itália, €1,5 bilhão, €1,6 bilhão, €1,6 bilhão; na França, €1,1 bilhão, €1,0 bilhão, €1,1 bilhão; e, no Brasil, €0,6 bilhão, €0,8 bilhão, €0,9 bilhão. Nós estamos vendo que o mercado brasileiro, o Campeonato Brasileiro é o que tem mais evoluído, dando condições para os clubes, enquanto os mercados mais prejudicados têm crescimento marginal.

No ano passado, a receita total dos clubes foi: Corinthians, R\$358 milhões; São Paulo, R\$282 milhões; Inter, R\$252 milhões; Palmeiras, R\$241 milhões; Grêmio, R\$233 milhões; Flamengo, R\$212 milhões; Santos R\$197 milhões; Atlético do Paraná, R\$187 milhões; Atlético de Minas, R\$162 milhões; Fluminense, R\$151 milhões; Vasco, R\$139 milhões; Botafogo, R\$122 milhões; Cruzeiro, R\$120 milhões, Coritiba, R\$82 milhões; Bahia, R\$66 milhões; Vitória, R\$52 milhões; Portuguesa, R\$50 milhões; Goiás, R\$48 milhões; Náutico, R\$41 milhões; e Figueirense, R\$41 milhões. Essa é a distribuição que nós temos das receitas dos clubes em 2012.

Um dado importante que aconteceu no ano passado: em 2008, esses 24 clubes geraram um déficit de R\$489 milhões. Em 2009, R\$259 milhões; em 2010, R\$349 milhões; em 2011, R\$387 milhões. Em 2012, pela primeira vez, nos últimos 5 anos, os clubes mostraram superávit. Isso já tem a ver com a própria evolução do que está acontecendo no mercado: em 2012, pela primeira vez, nos últimos 5 anos, tivemos superávit, e saímos de um déficit muito grande. Uma boa parte desses déficits do passado foi oriunda de atualização dos impostos, que estavam na contabilidade. O último grande clube que acabou fazendo isso foi o Botafogo, em



2011, que atualizou os seus impostos na contabilidade. Com isso, o ano de 2012 já mostra uma realidade efetiva do que ocorreu.

O custo do futebol em relação às receitas, que seria quase como nós tendo a matéria prima em relação ao preço de venda de um produto: em 2008, 74% das receitas dos clubes foram custos do futebol. Entenda-se aí os salários, os encargos, os prêmios, direitos de imagem. Em 2009, esse número subiu para 75%; em 2010, para 79,5%; em 2011, para 74%; em 2012, 65%. Então, nós vínhamos de um custo do futebol em relação à receita de mais de dois terços da arrecadação total do clube. No ano passado, esse número caiu para 65%, mas não esquecendo que eu comentei com vocês nós tivemos algumas receitas extras de luvas e de arenas.

Como é que isso funciona mundo afora? Na Alemanha, o custo do futebol em relação às receitas é de 51%. Vocês podem ver também que nunca ouviram falar de clube alemão com dificuldade financeira. O custo é de 51%. Na Espanha, 60%; no Brasil, 65%; na Inglaterra, 70%; na França, 74%; na Itália, 75%. Então, vocês vejam que para cada 100 reais arrecadados, 75% vai direto para a mão de obra ou no “pé de obra”, vai direto para o custo do futebol. Nós temos aqui no gráfico que a Espanha está com 60%; a Alemanha com 51%, o nosso, no ano passado, foi 65%.

Quanto ao nosso endividamento, em 2008, os 24 maiores clubes tinham R\$2,731 milhões de endividamento; em 2009, R\$2,9 milhões; em 2010, R\$3,4 milhões; em 2011, R\$4,69 milhões; em 2012, R\$4,751 milhões. Isso foi 17% de aumento de um ano para o outro. Logicamente esse endividamento tem toda a atualização monetária de qualquer tributo que nós temos com o Governo.

Participação de endividamento: nós tínhamos, em 2011 e 2012, a Timemania, em que havia R\$1,3 bilhão de dívidas. Em 2011, ela subiu, para 2012, para R\$1,460 bilhão. Ou seja, a arrecadação da Timemania não é suficiente nem para cobrir os juros. Esse número seria um número estático da Timemania, só que aconteceu uma arrecadação da Timemania, os clubes pagando uma parte, e, mesmo assim subiu, por causa da variação de juros, que não está correspondendo à arrecadação.

O endividamento total, sem a Timemania, foi de R\$2,750 bilhões, em 2011, para R\$3,291 bilhões, em 2012. E o endividamento tributário, de R\$2,102 bilhões para R\$2,491 bilhões, e dívida bancária de R\$886 milhões para R\$952 milhões. Então, o que mostra esse quadro? Primeiro, mostra o endividamento importante de



área tributária; e também mostra que a Timemania não está conseguindo fazer reduzir a tributação.

Eu vou pegar os 10 maiores endividamentos dos clubes — os senhores têm tudo isso aberto depois: Flamengo, R\$741 milhões; Botafogo, R\$613 milhões; Fluminense, R\$434 milhões; Atlético de Minas, R\$414 milhões; Vasco, R\$410 milhões; Palmeiras, R\$287 milhões; Inter, R\$214 milhões; São Paulo, R\$199 milhões; Santos, R\$194 milhões; Grêmio, R\$187 milhões; Corinthians, R\$177 milhões, e daí segue até o valor total. Se vocês compararem esse endividamento com o faturamento anual dos clubes, têm uma ideia da dificuldade que o clube tem de pagar o seu dia a dia com o seu passado.

Esses números que nós estamos vendo são os balanços auditados dos clubes, são números públicos e auditados, referentes à parte tributária: Flamengo, R\$407 milhões; Botafogo, R\$369 milhões; Fluminense, R\$273 milhões; Atlético, R\$223 milhões; Vasco, R\$193 milhões; Corinthians, R\$179 milhões; Inter, R\$126 milhões; Santos, R\$112 milhões; Grêmio, R\$94 milhões, e daí para frente os números reduzem substancialmente. Essa é a parte que nós estamos discutindo enquanto endividamento tributário dos clubes. Há um dado curioso: somente 3 dos 23 maiores tiveram redução de endividamento tributário no ano passado. Então, não é uma coisa de caso isolado que nós estamos falando, do clube A B, ou C, quer dizer, praticamente nós só tivemos 3 clubes com redução de endividamento tributário em 2011, que foram a Portuguesa, que caiu 3%; o Sport, 11%; e o Atlético do Paraná, 22%.

No que diz respeito à participação de endividamento em relação à receita sem a transferência de atleta, por que é sem a transferência de atleta? Porque, quando falamos dos maiores clubes, a transferência de atleta não é a maior fonte de renda desses clubes. Então, nós tínhamos, em 2008, que o endividamento em relação à receita era 2,56 vezes maior. Então nós devíamos R\$2,731 milhões para uma receita de R\$1,66 milhão. Esse 2,56 caiu para 2,16 em 2009; 2,24 em 2010; 2,06 em 2011; e 1,74 em 2012. Quer dizer, apesar de nós estarmos falando em endividamento importante, o endividamento em relação à receita tem caído ao longo dos anos, porque se há um aumento da receita, os clubes, uma boa parte deles ou quase todos eles passaram a dar uma atenção maior à governança e à geração dos



seus números, e nós estamos mostrando que em 2012 o endividamento é 74% maior do que a receita. Agora, imaginem, um endividamento, o que já venceu em relação a 100% da receita, e não esqueçam que setenta e poucos por cento nós estamos em custo do futebol da receita.

Então, para manter meus 10 minutos aqui, um resumo: nos últimos 5 anos, a receita total dos clubes cresceu 122%; o campeonato brasileiro foi o que mais cresceu das principais ligas do mundo. Apenas um dos 20 maiores clubes do Brasil apresentou queda de receita em 2012, ou seja, praticamente todos os clubes tiveram aumento de receita. Pela primeira vez, nós tivemos superávit em relação ao passado. O endividamento cresceu 74% contra os 122% de receita; e o endividamento tributário é a maior fatia desse endividamento. Como nós mostramos na Timemania, o serviço da dívida sobe mais do que se consegue arrecadar com a Timemania e com o pagamento disso.

Praticamente, esse é um quadro resumido do que nós estamos discutindo aqui, hoje à tarde. Nós temos, para quem tiver interesse, o quadro completo de todos os clubes, com todos os dados — os senhores podem pegá-lo depois. Nós trouxemos também o livrinho sobre o *fair-play* financeiro na Inglaterra — se não for suficiente para todos, nós podemos completar depois. Na Inglaterra, o *fair-play* financeiro existe desde 2009 e sabemos o que aconteceu lá com a sua adoção.

Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Agradeço ao Dr. Raul Corrêa Silva a importante exposição. Esses dados estão todos nessa cartilha, não?

O SR. RAUL CORRÊA SILVA - Este aqui é mais completo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Este nós vamos passar ao Relator, para que S.Exa. possa...

Nós queremos também agradecer a presença do Sr. Décio Neuhaus — hoje, tem alemão demais aqui para o meu gosto (*risos*) —, membro e auditor do STJD.

Lembro que a sessão está sendo transmitida ao vivo na Internet pela Agência Câmara.

Quero convidar agora para fazer uso da palavra, por igual tempo, o Sr. Paulo André Benini, que representa o Bom Senso Futebol Clube. Nós só vemos o Paulo



André em campo, ele se chama Benini. Benini era o nome de um grande zagueiro também, não?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Bellini, isso.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Ele era da região do Paulo André e era do Guarani. Itapira.

O SR. PAULO ANDRÉ BENINI - Ali ao lado de Campinas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado (Jovair Arantes) - Itapira, isso. Só para lembrar que já estão presentes: o Relator, Deputado Otavio Leite, o Deputado Romário, o Deputado Rocha, o Deputado Guilherme, o Deputado Edinho, entre outros.

Com a palavra o Sr. Paulo André Benini.

O SR. PAULO ANDRÉ BENINI - Agradeço o convite, acho fundamental essa discussão acerca do tema, espero poder contribuir de alguma forma para que a gente consiga um denominador comum que possa ajudar os clubes e, ao mesmo tempo, deixe bem claro que essa dívida foi devida e que ela deve ser paga de alguma forma.

O Raul mostrou os números — eu já os conhecia — e fica evidente para mim que o futebol brasileiro, diferentemente da Seleção, vem definhando a cada rodada, a cada ano, e a gente vem se entristecendo com o que está sendo apresentado dentro de campo.

Sem dúvida nenhuma, não só isso que a gente tem visto, mas principalmente... *(Pausa.)* Desculpem-me.

O que a gente tem visto hoje no futebol brasileiro? Muitas vezes se diz: vamos fazer um parcelamento de dívida. Mas eu acho que os principais problemas do futebol brasileiro são a base de sustentação desse processo como um todo. Então, o que se tem é uma formação de atleta precária, uma sustentação educacional ruim para esses atletas jovens e outros grandes problemas, depois que o atleta já é profissional. Tudo isso resulta em má gestão e má organização administrativa dentro dos clubes, dentro das federações e das confederações.

Um dos outros problemas que a gente cita dentro desse movimento é que a capacitação dos treinadores, dos gestores é deixada de lado. O calendário impede



que o futebol seja desenvolvido de forma saudável e equilibrada por todos os clubes do Brasil. Nós temos 687 clubes hoje, a maioria deles endividados. Alguns com atividade apenas durante 3 meses do ano; e outros com atividade em excesso durante 11 meses do ano.

A gente tem mostrado e defendido perante a CBF, a Federação e os clubes a nossa vontade de aplicar o *fair-play* financeiro, que vem a calhar junto com o projeto apresentado. A gente acredita que o parcelamento da dívida fiscal é fundamental para que seja criado o marco zero e, a partir desse momento, seja implantado o *fair-play* financeiro trabalhista e fiscal também para que essas dívidas não se repitam, não voltem a acontecer.

O Bom Senso tem defendido sempre que há a necessidade de melhoria na implantação, seja do calendário, seja do *fair-play*, contanto que seja diferente do que é feito no Estado de São Paulo, onde existe o *fair-play* paulista, que deixa atletas expostos e não os representa, ou não atinge com eficiência a sua prática. Deveria haver uma agência reguladora para fiscalizar o débito ou os comprovantes de vencimento, para que, diretamente do clube, essa agência pudesse regularizar os vencimentos e não houvesse mais problemas com dívidas trabalhistas e fiscais.

A gente acredita que há necessidade de mudança com relação à determinação do que é salário, não só dos atletas como também de todos os funcionários dos clubes, para que eles também sejam respeitados. A gente acredita também ser necessária a definição definitiva do que é imagem hoje e do que é direito de arena, para que também a gente consiga fechar a torneira desse problema dentro do futebol. Eu estou resumindo e sendo bem breve, em razão do horário.

A gente fica à disposição para depois falar mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Eu queria agradecer ao atleta Paulo André, que representa aqui esse movimento em boa hora, chamado Bom Senso Futebol Clube, que desperta também a necessidade de mudanças no futebol brasileiro.

Quanto ao *fair-play*, não só o financeiro, com esse exemplo péssimo que foi dado em Joinville no final de semana, o Brasil precisa repensar. Temos que aproveitar que estamos tratando na lei do futebol para também inserir, quem sabe,



alguns importantes tópicos que possam realmente nortear essa questão da violência em campo, o que não dá mais para aguentar.

Com a palavra o Sr. Rinaldo Martorelli, Presidente da Federação Nacional de Atletas Profissionais de Futebol.

O SR. RINALDO JOSÉ MARTORELLI - Sr. Presidente, Deputado Jovair, na pessoa de quem saúdo todos os Parlamentares desta Casa; Sr. Paulo André, na pessoa de quem saúdo os nossos representados; saúdo a imprensa esportiva, na pessoa do José Cruz, que está escondido ali; saúdo a todos e o Sr. Décio Neuhaus, antigo companheiro de luta nesta Casa, com o qual tive o prazer de compartilhar os trabalhos na Comissão Jurídica na CPI do Futebol, junto com o Dr. Marcílio Krieger.

Eu acho que o momento é importante para tratarmos com carinho dessa matéria. Na verdade, nós perdemos uma oportunidade lá atrás, com o Timemania, quando já vínhamos discutindo a questão. O que nós queremos de verdade? Há várias questões filosóficas por trás disso. Mas o que a gente quer? A gente quer que o clube não deva salário — não é, Deputado Romário? A gente quer que o clube não deva salário para os nossos atletas, Deputado Deley. É isso o que a gente quer. A nossa preocupação é essa. E como é que se faz isso?

A apresentação do Raul foi muito interessante quando traz pra gente um aumento de receita, mas traz, paralelamente, o aumento do endividamento dos clubes. Como é que a gente contém isso? Se a gente não chamar à responsabilidade, se a gente não conseguir legalmente frear essa situação, daqui a 8 anos, voltaremos a discutir as mesmas condições, Presidente Mauricio. Sabemos da dificuldade que um dirigente tem em administrar um clube e, em momento nenhum na história, nós éramos favoráveis a que os clubes quebrassem ou ficassem enfraquecidos. Não poderia nem ser diferente. O que a gente quer é clube forte mesmo, pagando bem e pagado em dia.

Nós sabemos que o Campeonato Brasileiro hoje está entre, talvez, os cinco mais bem pagos do mundo; a arrecadação aumentou muito, mas acabamos o Campeonato Brasileiro com os clubes com dívidas trabalhistas. Pouca gente nesta sala sabe o que é ficar sem receber salário. Felizmente, eu tenho mais companheiros para compartilhar isso.



Para quem não sabe, eu fui atleta, joguei profissionalmente 14 anos; 9 anos como amador, como se chamava à época. Enquanto eu jogava, tinha gente querendo despejar a minha esposa, porque o clube, além de não pagar o meu salário, não havia pago o aluguel da minha casa. Foi um quadro horroroso chegar em casa e ver minha esposa desesperada e dois filhos pequenos.

É isso o que a gente não quer. E não adianta a gente discutir paixão clubista aqui; esta Casa não pode discutir paixão clubista. No evento horroroso de ontem, percebe-se que foi uma discussão clubista, se o Vasco vai ou não vai cair. Ninguém está discutindo aquele horror ocorrido no domingo, a gente está preocupado em discutir se o Vasco vai cair, se vai ganhar ponto, se não vai ganhar ponto. E esse é o debate, é a discussão menor de tudo isso. Enquanto não forem feitas leis para que sejam aplicadas verdadeiramente, não vamos conseguir dar um passo à frente no sentido de trazer para o nosso País aquilo de que precisamos.

O Paulo citou o que não chamo de *fair-play* financeiro, mas de inibição, de atraso de dívida — é uma discussão que nós já travamos com o Paulo. É insuficiente colocar no regulamento do campeonato a perda de pontos, caso o clube venha a inadimplir e não pague os salários, porque que os atletas se expõem demais. Naquele momento, nós respeitávamos o direito de defesa do clube. É um direito legal de defesa. Talvez não seja o melhor, porque, de fato, alguns atletas se expõem, mas foi um passo importante. E sabem por quê? Porque no Conselho Arbitral que aprovou aquela medida, dirigentes já saíram comentando que teriam que mudar a sua forma de contratar, ou seja, já criou um efeito pedagógico, porque sabiam que corriam o risco de perder ponto.

Nós últimos 3 anos, tivemos reclamações diretamente de atletas de uma equipe, o Paulista. Todos aqueles atletas que foram ao sindicato e fizeram a sua denúncia receberam os seus salários, mesmo depois de o campeonato ter terminado. Então, é uma forma? Sim, é uma forma. A gente pode melhorar? Sim, pode melhorar. O PROFORTE tem que contemplar isso.

A gente fala em dívida fiscal, em dívida tributária, mas não em dívida trabalhista. E a gente está muito mais preocupado com a questão trabalhista. Se a gente observar o que vem ocorrendo no mundo: recentemente a gente viu algumas transformações, como, por exemplo, no Chile, quanto à obrigatoriedade de os clubes



virarem empresas. É o melhor modelo? Não sei se é o melhor modelo, mas isso fez com que o futebol chileno se reorganizasse, tanto é que voltou a disputar a Copa do Mundo duas vezes seguidas.

Então, o resultado dentro de campo é uma consequência da organização de fora. E nós, ao longo do tempo, vimos tratando o tema dessa maneira. E quando lá em São Paulo, nós conseguimos mostrar que não é justo e que fere a competição o fato de um clube ser campeão devendo, ou contratando, gastando aquilo que não tem, ao passo que outro clube que gastou o que podia terminar em 8º ou 10º lugar, nós conseguimos mudar inclusive a condição de negociação. Não é justo mesmo. Não sei se foi o caso do Fluminense, por exemplo — estou só citando um exemplo —, que foi campeão no ano passado. Eu não sei se o clube se endividou a ponto de ser rebaixado este ano. E aí macula aquela competição do ano passado. Ou não? Então, a gente tem que ter clareza nisso.

Quando nós nos comprometemos a fazer esse trabalho, temos que saber com o que estamos lidando, com o que estamos mexendo. O problema é tratar da matéria, volto a falar, como torcedores. Nós não podemos nos permitir é trabalhar matéria de direito, aplicação de direito, como torcedores.

Temos um histórico em São Paulo, com o Deputado Vicente Candido, à época Vereador, de criar um mecanismo que pudesse fortalecer o esporte. Até hoje temos dificuldade em implementar o Fundo Municipal de Esporte, Lazer e Recreação, criado pelo então Vereador Vicente Candido. Temos dificuldade.

E não é fácil. Às vezes, do que colocamos na lei, muita coisa não conseguimos fazer. Quando discutimos o fim do passe, conseguimos colocar a obrigatoriedade do seguro de acidente para o atleta, só que não temos apólice até hoje. Há 10 anos vou atrás disso, e não temos uma apólice para isso.

Em São Paulo fiz um acordo com os clubes. Eles podem, sim, caso queiram, enviar os atletas para o benefício previdenciário, securitário, só que têm que complementar o salário. Não podemos criar dívida, problema e dano para o trabalhador.

(Não identificado) - A gente vai um pouquinho mais além de novo.

O SR. RINALDO JOSÉ MARTORELLI - De novo, vamos um pouquinho mais além. Por exemplo, é uma questão que pode ser contemplada aqui: na Colômbia, há



2 anos o Governo instituiu na legislação o fato de que os clubes inadimplentes percam a licença para jogar. Quem dá a licença para os clubes jogarem aqui? São as federações. E aí temos uma discussão jurídica. Então, as federações teriam que fiscalizar, sim. Acho que é responsabilidade delas fiscalizar o inadimplemento salarial. Temos uma discussão jurídica aqui, e não vai ser fácil.

Eu estava discutindo rapidamente com o Deputado José Rocha — e a gente se afina em um monte de coisas — e é isto mesmo: como nós somos responsáveis com os nossos bens e pelos nossos atos, isso deve se estender também para todo o futebol. Só que vem uma discussão de doido. Qual é? O clube é uma entidade sem ânimo de lucro. É de doido essa discussão, e quem milita na Justiça, quem está no Direito, sabe que não é tão simples assim.

Temos, por exemplo, uma questão que é sagrada para todos nós, que é o salário; o salário é indisponível. Eu tive uma ação em que o atleta teve que abrir mão do salário para poder pegar a liberação; na sentença, a juíza disse que era normal. Fui reverter só no TST.

Então, se a coisa, quando conhecemos a questão jurídica e filosófica, contrapõe-se à realidade, temos que ter o pé no chão. Por isso este momento é muito importante para debatermos, para entendermos algumas coisas.

Aqui também há outra questão, que é uma discussão antiga, com relação a 0,5% do salário ir para a FAAP. É um absurdo! Isso precisa ser retirado daqui hoje. Hoje, precisa ser retirado isso daqui. Isso não pode acontecer, porque a FAAP já tem outros recursos para isso. Meio por cento do salário do atleta será destinado para a FAAP.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RINALDO JOSÉ MARTORELLI - Para a FAAP. Exatamente, Deputado: Federação das Associações de Atletas Profissionais.

(Não identificado) - De amparo aos atletas profissionais.

O SR. RINALDO JOSÉ MARTORELLI - De amparo aos atletas profissionais. É uma questão que precisa ser revista. Tem que ser retirada daqui.

Originariamente, na Lei Pelé, os recursos eram exatamente para a assistência do atleta em formação, do atleta e do ex-atleta. A desculpa para que esse recurso não voltasse para São Paulo era que não havia AGAP. A AGAP foi montada em São



Paulo, Deputado Deley. Foi montada em São Paulo, mas a FAAP não quer admitir a AGAP como associada, porque vem de São Paulo.

Então, temos que entender a realidade dos fatos para poder discutir verdadeiramente e saber o que estamos fazendo aqui. Estamos aqui buscando melhorias para o nosso esporte, o que é salutar. Estamos em um momento hoje no qual falo isto — falei e falo abertamente; falei em uma reunião da CBF: durante toda a gestão do Ricardo Teixeira, nós não conseguimos conversar com a CBF. Era impossível. Há 1 ano conseguimos conversar. A coisa tem caminhado lentamente, mas temos conseguido conversar. Mudou o quadro.

Até entendermos as necessidades e os interesses, é preciso persistência. E é com essa persistência que esta Comissão tem a obrigação de se preocupar e de observar, porque só com essa persistência e só buscando fatos reais e fatos que possam ser verdadeiramente aplicados é que vamos sair daqui com um projeto de lei que venha beneficiar o todo do futebol brasileiro.

É isso que esperamos, e a nossa preocupação maior é que a inibição de atraso salarial seja contemplada neste projeto. Aliás, nós já havíamos feito algumas propostas via Ministério do Esporte, pelo Secretário Antônio Nascimento, mas as coisas se perderam no meio do caminho. Mas estamos aqui para refazer as propostas e trabalhar em prol do atleta e em prol do futebol.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Mais uma vez é bom lembrar, agradecendo ao Martorelli, que quem vai decidir a lei é a Casa. É o Congresso Nacional que decide leis no Brasil, e queremos decidir esta como sendo uma lei importante para o futebol brasileiro.

Quero pedir ao Presidente do Botafogo Futebol e Regatas, Mauricio Assumpção, que use da palavra, daí mesmo onde está sentado.

O SR. MAURICIO ASSUMPÇÃO - Presidente, o senhor me permitiria usar o microfone sem fio? Eu gostaria de falar, olhando para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Pode falar aqui de cima, então. Pode trocar de lugar com o Martorelli. *(Pausa.)*

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - É importante dizer — bem lembrado: quem vai fazer a lei somos nós, mas alguns por aí têm se arvorado a fazer novas leis.

Deputado... Deputado, não. Costumamos tanto chamar Deputados para falar aqui, desta vez não é um Deputado, mas o Presidente do Botafogo Futebol e Regatas.

Com a palavra o Sr. Mauricio Assumpção.

O SR. MAURICIO ASSUMPÇÃO - Muito obrigado, Presidente.

Primeiro, quero dizer da minha honra em poder estar presente a esta Casa. Digo aos senhores e às senhoras que, como Presidente do Botafogo, estou emocionado por estar aqui hoje, neste momento, porque sei o quanto isso representa para o futebol brasileiro.

Ouvi da nossa Presidenta em pronunciamento, durante a escolha das sedes e o sorteio da Copa do Mundo, que o Brasil é o País do futebol. Eu diria aos senhores que eu não sei até quando. Eu não sei até quando, como Presidente de clube, nós seremos o País do futebol.

A indústria do futebol representa hoje 17% do PIB nacional. Com certeza o futebol deve ter uma participação de quase 80% nessa indústria do esporte. Como Presidente de clube hoje, com a responsabilidade que temos, com o passivo de dívidas que temos, com a forma como isso está sendo tratado hoje — que é com 100% de penhora — e com a forma como se paga a dívida atual, projetando-se uma dívida maior no futuro, não sei como isso vai acabar.

Só para os senhores terem um exemplo, na semana passada, no domingo, fiz um jogo no estádio com 28 mil pagantes, e a renda foi de 558 mil reais. O Botafogo tirou dessa renda 50 mil reais, porque todo o resto eram penhoras de dívidas passadas.

“Ah, mas o senhor não quer pagar dívida passada?” É óbvio que eu quero. *“Mas o senhor, então, não reconhece essas dívidas?”* Reconheço, porque sou Presidente do Botafogo. Não as fiz, mas as reconheço e tenho que pagá-las, mas não da forma que está. Da forma como está, essa indústria do esporte e do futebol vai fechar, e falo isso para os senhores depois de sair do meu consultório de



odontologia, de ser professor universitário, de gerir um clube de futebol e entender como funciona essa indústria.

Esta Casa tem a oportunidade histórica de refazer a história do futebol brasileiro. Pagar a dívida é uma obrigação de todo clube de futebol. Pagando da forma como ela está sendo feita, nenhum de nós vai sobreviver.

Vou citar o exemplo do meu clube. Somos 450 funcionários, 1.200 atletas de esportes olímpicos. É claro, senhores: nós fazemos esporte olímpico neste País. Hoje, a minha equipe de remo representa 60% da equipe masculina que representou o Brasil no último sul-americano. Foi o Botafogo que fez esse atleta, dentro de casa, com recursos do Botafogo, sem a ajuda de nenhum órgão federal, sem a ajuda de confederação, que recebe dinheiro do Governo através das estatais para fazer fomento de esporte olímpico. Só que quem forma atleta são os clubes.

No projeto isso está, de alguma forma, de novo, resgatando para o clube uma atividade social. Desses 1.200 atletas que tenho nos meus esportes olímpicos, a grande maioria vem de comunidades carentes, como Santa Marta, Pavão, Pavãozinho, Galo. Quem mora no Rio de Janeiro sabe do que estou falando.

O clube faz uma ação social que o Estado deveria estar fazendo, mas o clube sabe fazer com competência. E por quê? Porque o meu atleta, formado no clube, pode vir a ser um atleta de Seleção, como hoje tenho a grande maioria da equipe de remo do Brasil. Eu adoraria continuar fazendo isso.

Tive uma reunião esta semana, na segunda-feira, ontem, com os meus Vice-Presidentes e disse: *“Senhores, preparem-se, porque é bem possível que a gente acabe com todos os investimentos nos esportes olímpicos do Brasil no Botafogo no próximo ano”*. E é um ano eleitoral; eu não posso me reeleger, mas obviamente gostaria de fazer o meu candidato. Vou sofrer no ano eleitoral. Por quê? Porque não tenho condições de fazê-lo.

Os clubes mudaram suas gestões. A grande maioria tem entendimento, sim, de que a profissionalização de um clube de futebol é um cenário atual e futuro. O clube que não conseguir se profissionalizar não vai sobreviver. O que nós estamos tentando achar e procurar é um rumo para o pagamento dessas dívidas. Se isso não acontecer — e só vai acontecer se vier desta Casa; não há outro caminho; o



caminho está aqui —, posso garantir aos senhores: haverá clube de futebol de primeira divisão fechando as portas.

De novo: tenho 450 funcionários, 1.400 atletas olímpicos, fora os não olímpicos, porque tenho parcerias no futsal, futebol feminino, *beach-soccer*, *taekwon-do*, judô. O Botafogo fomenta todos esses esportes dentro do seu clube. São 450 funcionários, não contando os atletas da base e do profissional.

Vamos imaginar que, de uma hora para outra, o Botafogo simplesmente encerre as atividades. *“Ah, mas isso não acontece, Presidente! Clube de futebol não fecha as portas”*. Fecha, e vai fechar. E vai fechar. Se isso acontece — e isso vem em cadeia —, olhem a repercussão disso para a economia brasileira, se essa indústria representa 17% do PIB nacional.

Não são só os 450 funcionários. E quem me vende o produto de material esportivo? E quem me vende o energético? E quem me vende o material esportivo, a bola? E quem me vende a alimentação para os atletas? E quem me cobra para fazer concentração? E a rede hoteleira? Enfim, há uma série de outras atividades que dependem do futebol.

Nós estamos em uma situação crítica. Eu tenho dito em todas as minhas falas: o Botafogo tem uma das maiores dívidas do futebol brasileiro. Eu quero pagá-la tim-tim por tim-tim, e não aceito outra condição de não pagar. Eu só quero condição para isso, porque, do jeito que está, por mais profissional que eu queira ser, por mais gestor que eu queira ser, eu não consigo.

Esta Casa tem uma oportunidade histórica de fazê-lo, e peço encarecidamente que os senhores e as senhoras não percam essa oportunidade.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Agradeço ao Sr. Mauricio Assumpção, Presidente do Clube Botafogo de Futebol e Regatas. Eu tenho certa simpatia pelo rubro-negro por isso eu estava errando o nome, não é, Deputado Romário? Quero parabenizá-lo, Mauricio, por suas palavras. Uma opinião do Presidente da Comissão: foi o primeiro que veio aqui e expôs a situação dos clubes como ela realmente está. Muitos estão vindo aqui e falando o contrário, que está tudo muito bem, está tudo muito bom. Eu acho que a situação precisa ficar bem nua aqui, para que os Deputados da Comissão possam analisar uma a uma.



Concedo a palavra ao Sr. Romildo Bolzan Junior, Vice-Presidente do Grêmio Foot-Ball Porto-Alegrense, a quem também convido a participar da Mesa.

Terminada a exposição do Romildo, nós vamos à rodada de intervenções. Quem tiver compromisso de viagem fale, para que a gente possa liberá-lo.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - É o Paulo André, não é?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Está bom.

Com a palavra o Dr. Romildo.

O SR. ROMILDO BOLZAN JUNIOR - Sr. Presidente desta Comissão, Deputado Jovair, meus cumprimentos. Saúdo os demais Parlamentares na pessoa do nosso Deputado Deley, legendário goleiro tricolor, com muita honra. Venho aqui, em nome do Presidente Fábio Koff e do Grêmio Foot-Ball Porto-Alegrense, para fazer algumas considerações a respeito do Projeto PROFORTE.

Em primeiro lugar, em caráter geral, é importante que se diga que o projeto contém avanços significativos na solução da dívida e conceitos importantes do ponto de vista público e das políticas públicas de incentivo ao esporte de uma maneira geral.

Acho que ele está muito bem construído, muito bem delimitado. Ele está profundamente identificado com a possibilidade de abranger muito mais entidades esportivas em relação à estimulação do esporte, não apenas do futebol, mas de modalidades olímpicas. Isso, de certa forma, dá aos clubes a oportunidade não só de investir nessas modalidades, por seus próprios recursos, para fazer a dação de pagamento, como também de utilizar projetos do fundo e desenvolver as modalidades de esporte através do próprio fundo, o que acho fundamental.

Como o fundo será constituído pela dissociação do Timemania, é importante criar condições específicas para estabelecer a possibilidade de fazer o planejamento do clube e das modalidades diversas, que não aquelas que se destinam tão somente ao futebol. Acho essa construção extremamente interessante.

Os 240 meses estão absolutamente corretos em relação ao prazo. Chama-me a atenção só uma questão aqui: a transição desse projeto, a transição para a adequação, a transição para a adesão definitiva em relação à proposta de 2% sobre



a receita bruta. Isso muito pode criar um problema em relação a esse percentual, para clubes que têm arrecadação de 10 milhões, 15 milhões de reais, de valores superiores ao pagamento que fazem hoje do Timemania.

Essa questão tem que ter um limitador, no nosso entendimento. Qual é o limitador? O limitador é exatamente o valor correspondente ao Timemania, para não trazer prejuízo àquilo que o clube faz hoje. Na pior das hipóteses, o clube complementa o valor da parcela, porque há uma parte que é paga pelo Timemania e outra parte do parcelamento que é confessada e que é paga pelo clube, caso aquela parcela não chegue ao valor suficiente, mas os 2% podem significar um valor superior. Como o período não é pequeno — ele é de 1 ano —, isso pode criar condições e estabelecer uma distorção nas receitas, nos comprometimentos dos clubes, em situações não previstas orçamentariamente.

Então, faço essa colocação para efeito de análise.

(Não identificado) - O senhor poderia repetir a última parte do que falou?

O SR. ROMILDO BOLZAN JUNIOR - Os 2% que fazem parte da transição, antes da adesão definitiva, sobre a receita bruta, em clubes que têm 15 milhões de reais de arrecadação mensal, para um orçamento de 200 milhões, como os grandes clubes possuem, os 2% significariam praticamente 400 mil reais.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. ROMILDO BOLZAN JUNIOR - Não no ano — 4 milhões de reais —, mas esses 4 milhões de reais divididos em 12 meses podem fazer uma prestação superior àquela que hoje o clube cumpre com o Timemania. Então, eu acho que tem que ter um teto. O teto é exatamente o ganho que o clube já teve hoje com o Timemania, já que o Timemania, pelo projeto que se apresenta, será extinto. Então, faço essa sugestão.

De outra parte, acho importante também colocar que — discuti isso hoje pela manhã com o Deputado Vicente Candido; por uma questão de dever devo dizer isso —, ao final dos 240 meses, ou do parcelamento, o projeto mantém, por exemplo, que, nos últimos anos de pagamento, o saldo devedor será pelo remanescente da dívida, independente do período anterior. Eu acho que nós não devemos ter isso, eu acho que nós devemos ter a quitação da dívida. Quer dizer, aquilo fica



absolutamente eliminado. Tu pagas 240 meses; ao final disso tudo, feitos todos os parcelamentos, está quitado.

Faço essa sugestão porque acho importante que os clubes tenham a segurança jurídica, ao fazer isso, de que, ao final, não tenham juros sobre juros — mesmo com o abatimento, com a consolidação da dívida, ao final, tenham um processo —, em vez de estar com um saldo devedor pequeno, estejam com um saldo devedor maior do que a própria dívida.

Nós entendemos que a penalização, esse marco regulatório do futebol em relação às penalizações, é extremamente importante. Achamos que as penalizações devem ser mantidas para efeito do cumprimento do projeto. Afinal de contas, não é possível que se faça mais um parcelamento e não se tenha cumprimento a respeito disso. Achamos que as punições que possam sobrevir ao inadimplemento pela execução desses contratos... Eles são necessários para regular o futebol, para dar responsabilidade fiscal e atender necessariamente a um projeto, para ser exequível e fazer essa definição.

Outro critério que nos parece importante, Deputado Vicente Candido, pela nossa conversa de hoje pela manhã, é não fazer nenhuma limitação dos valores que significam o encaminhamento dos projetos. Quer dizer, por mais que os projetos estejam no fundo com um valor superior, não é possível regrar um limite. Se o projeto for bom, os clubes que apresentarem bons projetos poderão estabelecer projetos de 1, 2, 3, 4, 5, 10 milhões de reais, desde que sejam exequíveis e possam absolutamente contemplar...

Gostaria também de sugerir que este debate seja colocado de uma maneira muito correta frente à população brasileira. Eu acho que a população brasileira não pode ter a imagem de que este projeto servirá exclusivamente de um arrego, ou de uma acomodação, ou de uma solução em relação à dívida dos clubes. Este projeto não tem esse conteúdo tão somente, ele resolve o problema dos clubes, equaciona as dívidas tributárias, fiscais, previdenciárias e fundiárias, mas fundamentalmente dá uma dimensão muito maior às políticas de desenvolvimento do esporte.

Este projeto tem que ser bem colocado para a população a fim de que não se faça dele a imagem de um projeto apenas casuístico, mas de um projeto



absolutamente inovador, resolutivo e, acima de tudo, importante para o futebol brasileiro e modalidades olímpicas.

O Grêmio tem uma visão extremamente simpática a este projeto. O Presidente Fábio Koff foi um dos mentores, na oportunidade, do Timemania, ajudou a construir aquela ideia. A única coisa que nós pedimos é que o Timemania não seja absolutamente sepultado, que ele seja apreciado e que sejam retiradas dele todas as boas ideias, os bons resultados que foram objeto daquele projeto, e levadas para dentro deste projeto. Se puderem adaptar alguma coisa mais no sentido de aperfeiçoá-lo, que isso possa ser objeto também de exame desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Eu quero agradecer a presença e a participação do Sr. Romildo Bolzan Junior, do Grêmio Foot-Ball Porto-Alegrense, e agradecer e registrar a presença do Sr. Ricardo Patah, Presidente da UGT — União Geral dos Trabalhadores.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Otavio Leite. Logo após, vamos apreciar requerimentos. Estão inscritos, pela ordem, depois da palavra do Relator, os Deputados Vicente Candido, Romário, Edinho Bez, José Rocha e Deley.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Convidados, eu queria inicialmente informar aos convidados que, embora eu tenha sido designado Relator, esta Comissão é repleta, abstraindo o meu nome, de especialistas na matéria. Então, não tenho dúvida de que teremos uma oportunidade muito fértil para debater um tema que requer uma posição definitiva, quiçá, para a saúde financeira dos clubes, para a organização do futebol brasileiro.

O eixo principal é futebol. Quando falo futebol, estou englobando o resto, mas a espinha dorsal é futebol. Enfim, a primazia neste tema é a questão do futebol.

Eu queria só lembrar um dado histórico que me parece muito relevante: em 1998, o País experimentou uma reequação das dívidas dos Estados e Municípios. Em síntese, todos deviam muito. O Deputado Valdivino é especialista e sabe muito bem disso. O que fez a União? Recepcionou todo o *quantum* dessa dívida que foi confessada e escriturada pelos entes federados; estabeleceu um valor “y” para ser quitado em tanto tempo. Na inobservância dessa quitação, que seria amortização parcial, os Estados passariam a ter que pagar juros, em vez de 6%, de 9%. Estou



falando de 1998. E ali se ofereceu uma oxigenação às finanças públicas de Estados e Municípios, sobretudo as capitais.

Em desdobramento dessa providência contábil-administrativa, o que se introduziu no ano seguinte na lei brasileira? Uma lei que, se estivesse em vigor 20 anos antes, possibilitaria ao País não chegar ao drama em que os Estados e Municípios ficaram por conta de suas dívidas com a União. Eu me refiro à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nós estamos, bem comparando, eu acho, no limiar de uma situação muito similar do ponto de vista do que seja a realidade do futebol brasileiro. Nós temos os clubes; não há Seleção Brasileira sem clubes. Temos a responsabilidade de encontrar um caminho de saída de atoleiro. Essa é a verdade. Então, trata-se efetivamente de encontrar algo que seja a equação contábil que permita essa oxigenação. Ao mesmo tempo — aí eu volto —, é indispensável, como aqui também já se pontuou, uma espécie de criação, ou do espírito que seja, da Lei de Responsabilidade Fiscal no futebol. Essa sinergia, eu acho que, do ponto de vista conceitual, traduz o que a gente quer.

Então, ouvir os que estão no *front*, na batalha, é muito importante. Por exemplo, o relato do Presidente de uma agremiação da dimensão do Botafogo... Lamento não poder dizer que sou botafoguense; apenas confesso que o meu time de botão tinha o Ferretti, de tempos idos, que era um craque. Enfim, a gente ouve o titular de uma agremiação desse porte falar claramente: “*Clube de futebol pode fechar, sim*”. Ele não está fazendo aqui onda, ele está falando a verdade.

Qual é a saída para isso? A sociedade tem que compreender que precisa de um caminho. Sim, a gente fala de dilatação de prazo. O Presidente do Grêmio tocou num ponto interessante que nos remeterá a um estudo para identificar... Por acaso, ouvi esse assunto ontem, uma experiência que o Brasil viveu, com dívidas rurais, nos anos de 1995, cuja solução foi similar à que o Presidente do Grêmio falou há pouco, do fecho final quitável. É preciso estudar isso.

Então, em linhas gerais, esse é o espírito. O que eu queria perguntar? Depois passo a palavra rapidamente. Em relação a esse estudo, esses dados — eles são consolidados de 2012 — são dados obtidos das tesourarias dos clubes? Como é feita essa consolidação? Ou são dados que foram pegos na Receita, no INSS, em



passivos trabalhistas consolidados? Depois o senhor dá uma palavrinha. Eu queria saber a fonte e a atualização real dessas informações contábeis. Esse é um ponto. A gente também obtém...

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Eu posso fazer a pergunta, porque vários colegas vão falar. Eu falo assim, aí eles respondem. Não vou fazer muitas perguntas, porque sei que várias das que eu faria os colegas vão fazer.

A ideia do *fair play*, que é traduzida nesse texto, é basicamente essa conjunção de equação financeira com responsabilidade fiscal dos clubes, governança, etc.

Aqui eu faço uma pergunta ao senhor, mas o representante do Bom Senso, se quiser, pode compartilhar a resposta, dar uma resposta rápida, assim como o Presidente do Botafogo e os outros convidados, sobre o problema da longevidade dos mandatos, do princípio constitucional da democracia. A gente sabe que os clubes são sociedades civis e as pessoas são livres para decidirem o que bem entendem, etc. e tal, seus associados, mas a perpetuação em cargos de direção, isso finda por ser nocivo ou não? Eu queria saber a opinião dos senhores.

Pelo que eu estou percebendo, todos os que aqui falaram são a favor de penalizações em face do descumprimento de regras que se estabeleçam na reequação das dívidas, porque não há, evidentemente, uma lei que possa ser eficaz sem que haja, concomitantemente, uma sanção quando da sua ofensa, quando for ofendida essa lei. Então, a lei precisa ter um mecanismo que, de alguma forma, sancione e penalize quem a descumpriu, porque, do contrário, ninguém vai respeitar a lei. Então, a lei precisa disso.

Então, o que é penalização? Aqui se discutiu, sim, que o modelo europeu é um modelo que propõe penalizações em termos de pontuação em campeonato, até multa e coisas do gênero. Eu queria que ficasse mais claro isso em relação aos nossos convidados, o que acham em relação a esse ponto.

Outra coisa, para fechar, que dirijo aos dirigentes de clubes. Eu tenho ouvido que, ao tempo da Timemania, todos tiveram que confessar dívidas e, “brasileiristicamente” falando, oba boa da correria, “*Vamos lá, vamos resolver*”, todo mundo assinou uma confissão de dívida que, segundo consta, tenho ouvido, hoje



está maior do que se supunha. Eu queria que alguém me esclarecesse um pouco mais sobre isso, porque não estamos falando de uma dívida consolidada. Estamos falando, se for o caso, de pegar essa dívida e rediscutir a natureza dela, a origem dela, o *quantum* dela, o tamanho dela lá atrás. Isso é um ponto. Se tiver que entrar por esse caminho, é outro caminho, que também deriva consequências contábeis mais complexas aqui para a lei.

Em linhas gerais, eu queria fazer essas observações. Vários colegas vão falar. Mas outra coisa é importante falar. A legitimação de um processo novo, que seria a reequação da dívida e a Lei de Responsabilidade Fiscal no esporte, etc., enfim, o horizonte para os clubes, depende desses aspectos. No projeto, os senhores observaram que existe quitação. É um projeto que está aqui posto, ninguém tem compromisso com o projeto, está todo mundo aqui discutindo ideias para reformatar um desenho que seja o ideal. Está lá posta como uma ideia essa formação de atletas, mediante quitação principal de dívida. E o rigor de fiscalização disso, e a fiscalização disso? É uma pergunta que eu gostaria também de deixar.

Eu queria que falassem rapidamente, para que depois tenhamos a palavra cedida aos Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Eu vou passar a palavra aos Deputados Vicente e Romário, autores do requerimento. Anotem as perguntas. As respostas serão dadas ao cabo da fala do Deputado Romário.

Com a palavra, primeiro, o Deputado Vicente. Depois eu vou pedir uma exceção, porque o dirigente do Corinthians e o Paulo André vão ter que se ausentar por conta de passagem de avião às 17h30min; o Martorelli também. Vamos todos acelerar, ser bem rápidos.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Então, o dirigente do Corinthians fica; o Paulo André e o Martorelli vão ter que sair mais cedo. Vamos acelerar.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Nobre Presidente, diante disso, eu queria fazer as perguntas direcionadas ao Paulo André e ao Martorelli, que, parece-



me, são os que têm o horário mais apertado, deixando o restante da intervenção para depois. Pode ser? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - V.Exa. e o Deputado Romário falam.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - A gente os ouve, libera-os e, depois, recompõe a Mesa.

(Não identificado) - Presidente, eles vão poder ouvir quantas intervenções de Deputados?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Eles vão ficar até o limite deles, até às 16h30min.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - O Paulo também? O Martorelli também?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Isso, o Paulo e o Martorelli; ele sai às 16h15min.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - O Martorelli?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Isso. Ainda faltam 15 minutos para as 16 horas.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Então, está bom. Faço a intervenção e depois...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - É só cada Deputado falar um pouco mais rápido. É uma arte quase impossível para nós.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Primeiro, quero parabenizar pela fala o Presidente Mauricio, o Romildo, representante do Grêmio, o Martorelli, o Paulo André, o Raul. Deve ser a terceira ou quarta vez que o Raul vem aqui falar sobre esse tema, fazer essa exposição. Quero ressaltar o trabalho, que conheço bem, do Martorelli, já de anos, junto com o Paulo André, com o Bom Senso. Está juntando a experiência à juventude, à energia. O Paulo André tem ajudado muito a fazer esse debate, a provocar esse debate dentro e fora de campo. Acho que o Brasil está precisando disso. E esta audiência pública não poderia acontecer sem ouvir também o lado dos trabalhadores, para colocarmos dentro dessa lei as angústias e as sugestões dos senhores.



Paulo André, o senhor poderia trabalhar um pouco mais, na sua fala já de despedida, como pensa em relação à questão da capacitação, que levantou aqui. Eu acho factível, dialogando aqui com o Relator da matéria, destinar um percentual desse bolo que vai entrar, desse novo dinheiro que vai entrar, para formação, construção e organização de escolas de capacitação para todos os níveis.

Fazendo uma retrospectiva, acho que só há duas ou três escolas de capacitação de gestão esportiva no Brasil: a FGV do Rio e de São Paulo, de 12 anos atrás. Parece-me que há uma ou outra faculdade com esse curso, não mais do que isso, e concentradas no Sudeste.

Precisamos pensar no Brasil em todas as suas dimensões. Então, não vejo nenhum absurdo, Deputado Otavio Leite, em que a gente pudesse destinar, já que esse dinheiro que vai ser arrecadado não é um dinheiro tributário, não é um dinheiro do Governo, é da sociedade, para uma finalidade específica. Creio que é possível defender, dentro deste projeto, um dinheiro para formação profissional, em todos os níveis, no campo da gestão.

O Paulo falou da agência reguladora. Precisamos trabalhar um pouco isso, Paulo, porque isso vai aparecer aqui em todos os debates, o próprio Relator acabou de provocar isso, como fiscalizar, como controlar, como ter essa governança. Então, precisamos trabalhar um pouco isso.

Agência está na moda, há muitas críticas ao modelo, mas eu acho que também é um detalhe importante. Se o senhor puder elaborar um pouco mais depois, mandar por escrito a contribuição ou designar algum dos senhores para acompanhar a matéria com o Relator, eu acho que ajudaria muito.

O senhor provoca aqui outro debate — o próprio Presidente da Comissão vira e mexe coloca isso aqui na pauta; o Deputado Valdivino aqui, Presidente do Atlético de Goiás —, que é direito de arena e direito de imagem, que não está na matéria, não está no texto, mas é um debate que se vai ter que fazer e ver qual é a competência do Congresso, como esta Casa pode ajudar nesse debate. Esse ainda é um problema não resolvido no mundo inteiro. A Europa tem debatido, elaborado e decidido sobre essa questão, e o Brasil precisa aproveitar esse momento.

Em relação à FAAP, Martorelli, foi incorporado no texto um projeto de lei que o Deputado Danrlei ia apresentar. O Deputado Danrlei é um ex-atleta; então, fala



também com legitimidade pelo setor, ainda que não esteja falando pelo sindicato. Está incorporado. Discutindo aqui o mérito ou não, há uma preocupação central que apareceu aqui na Lei Geral da Copa.

O senhor lembra que nós incorporamos na Lei Geral da Copa um projeto do Presidente Lula que indenizava os heróis das Copas de 1958 e 1962. Isso provocou um debate não só no meio do futebol, mas sobretudo na área da cultura. A gente viu também passando fome a família de Tônico e Tinoco, um patrimônio da cultura nacional morrendo à míngua.

Então, apareceu esse debate sobre a necessidade de se discutir melhor a aposentadoria dos atletas — os atletas depois do campo, depois das quadras. E existe a FAAP. Então, é preciso fazer esse debate. Foi aprovado aqui um requerimento convidando Wilson Piazza, Presidente da FAAP, para discutir isso. Há também a outra entidade do Rio de Janeiro.

É o momento de não deixar passar despercebida essa questão. Se será tributado ou não, se será dos ingressos ou não, se será desse bolo também ou não... Acho que cabe ao Congresso Nacional e à sociedade, hoje aqui representada pelos senhores, dar conta desse debate, ver a melhor maneira de criar uma segurança no tocante à aposentadoria.

Raul, rapidamente, o senhor compara os 20 clubes... O senhor falou em 24, mas são 20 clubes, não é isso?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - O senhor compara o faturamento e dívidas dos 20 clubes com os da Europa. Em relação à Europa, o senhor pega o bolo inteiro, não faz 20 a 20. Não é isso?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - E esses 20 clubes ou 24 clubes estão representando quanto de receita e quanto de dívida? O senhor tem esse número para nos ajudar? Isso é 80%, 90% da dívida?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - O senhor pega um grupo de clubes.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)



O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Oitenta e cinco por cento nesses 20 clubes. E de receita do futebol?

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Similar também, 80%. Está o.k.

O Presidente Mauricio levanta aqui a questão — depois, se ele puder responder — se cabe o montante da dívida do Botafogo, que é uma das maiores, dentro dos 20 anos, como é que a gente equacionaria, se ele pensou sobre isso. É uma preocupação que tem — acho que o Relator vai ter de se debruçar sobre isso —, se a gente consegue fazer essa equação matemática.

Da mesma forma, o Romildo levanta a questão dos 2%, que vai ter que ser revisto esse número nesse período de transição e de carência, que passaria a aplicar ao projeto como um todo. Então, dentro desses 20 anos, 2%. Qual é o número a que os senhores chegaram? O que poderia ser aproveitado no texto para o Relator?

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Deputado Romário, tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ROMÁRIO - Boa tarde, Presidente, Deputados e Deputadas presentes! Gostaria de saudar todos os convidados na pessoa do Presidente do Botafogo, um dos grandes dirigentes que temos no futebol brasileiro e, conseqüentemente, um dos meus favoritos para ser o Presidente da CBF um dia, se Deus quiser, pela sua capacidade de administração, honestidade e determinação, o que sempre fez dele, na minha opinião, um dos grandes nomes do esporte do nosso País. Parabéns, Presidente Mauricio, pelo que representa não só para o Botafogo, mas para o nosso esporte.

Paulo André, quero agradecer a sua presença. Eu sei que, depois de um campeonato estressante, o ideal é descansar com a família, com os amigos, mas a sua presença aqui hoje, com certeza, é muito importante. Agradeço também a presença de todos os outros representantes de clubes e ao Martorelli.

Na verdade, não tenho nenhuma pergunta. Eu gostaria apenas de dizer que fiquei feliz ao ouvir o que eu ouvi de vocês aqui. Os seis que falaram praticamente disseram que ninguém quer deixar de pagar suas dívidas. E ninguém vem aqui pedir



esmola para não pagar a dívida. O que vocês querem é exatamente o que a gente está procurando: mecanismos e formas legais para ajudá-los, através ou da Timemania... Como foi colocado por alguns Deputados e por convidados, essa ajuda poderá vir também pela Mega-Sena. A gente está procurando encontrar uma maneira de colocar dentro do PROFORTE essa ajuda para que vocês possam realmente sair desse grave problema que o futebol brasileiro encontra através dos seus clubes.

Eu, particularmente, sei que muitos de vocês não têm nada a ver com essas dívidas. Elas foram contraídas, há alguns anos, por má administração, por desonestidade, por enriquecimento ilícito de alguns diretores, administradores, presidentes que passaram por esses clubes.

Mais uma vez, agradeço ao Mauricio — posso falar assim, porque somos amigos, tenho essa intimidade — por ter aberto aqui seu coração. Como o Presidente falou, alguns presidentes que estiveram aqui não externaram realmente a verdade do que é o clube. Eu, como ex-jogador e sabedor exatamente dos problemas que todos os clubes hoje estão passando, assim como falei na primeira audiência pública que tivemos — e falo de novo aqui —, coloco-me à disposição de vocês não só nesta Casa, mas também fora dela. A gente precisa ter bom senso, principalmente no que se refere podermos definitivamente achar soluções possíveis, rápidas, objetivas, a fim de que esses problemas desapareçam, de uma vez por todas, e a gente possa de novo fazer valer a frase da nossa Presidenta: “*O Brasil é o País do futebol*”. Infelizmente, hoje isso é só teoria. Na prática, estamos bastante longe de chegar lá.

Agradeço a participação. Com certeza, a presença de vocês é e será sempre bem-vinda.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Obrigado, Deputado Romário.

Vamos ouvir o Martorelli, que tem de pegar o avião e, logo depois, o Paulo Andrade.

O SR. RINALDO JOSÉ MARTORELLI - Obrigado, Deputado. Eu sou, infelizmente, o primeiro a pegar o avião. Gostaria de saudar...



O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sr. Presidente, não poderia seguir mais dois Deputados?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Nós já ouvimos três. É praxe na nossa Casa é sempre três, três, três. Ouvimos três, o Relator e os dois. Logo após a palavra dos dois, passaremos aos próximos três. V.Exa. está inscrito depois do Edinho Bez.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Não poderia fazer cinco, Presidente? Mais dois para aproveitar a presença... Porque a audiência ficará prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Se for bem rápido porque o Martorelli vai pegar o voo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - É rápido. É só cada um ser mais rápido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Ele tem de sair daqui às 16h15min. Se vocês acelerarem em 2, 3 minutos, vamos lá.

Tem a palavra o Sr. Deputado Edinho Bez. Depois, José Rocha.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Eu cedo a palavra ao Deputado José Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Não, não. Vamos lá foi uma concessão.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Deputado José Rocha, fale na frente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Eu agradeço ao ilustre Deputado Edinho Bez. Quero cumprimentar o Presidente, o Relator, ao Martorelli, ao Raul, ao Paulo André e os Deputados presentes.

Eu entendo que a má gestão de clube está levando às dívidas. Um clube que não é bem gerido, não é só qualquer clube, mas qualquer empresa... Eu fui presidente de clube em 1984, 1985 e 1986. Assumi um clube que só tinha as camisas, que, há 4 anos, não tinha um título. Consegui um título de juniores, à época, um título de campeão baiano, construí um estádio, e entreguei o clube sem uma dívida. Havia 11 ações trabalhistas. Acordei todas. Devia a Deus e ao mundo. Fiz contrato de publicidade com o BANEB, com o Banco Econômico. Liquidei todas as dívidas. Foi gestão. Então, eu acho que é gestão. E aquele que não consegue gerir bem a sua empresa, não consegue gerir bem o clube, tem que pagar — ele pessoa física — pela má gestão. Não é buscar recursos outros para pagar. Está aqui



o Presidente do Botafogo, um exemplo de gestão. Ele disse que vai pagar as dívidas do clube. Ele não tem por que pagar a dívida dos presidentes anteriores que se deram mal. Quem tem de se responsabilizar fisicamente são os ex-presidentes do Botafogo que deixaram essa dívida lá no clube. Portanto, eu acho que é uma questão de gestão e ela tem que ficar bem clara. Os presidentes de clube têm de procurar gerir bem o seu clube.

Hoje, sou Presidente do Conselho Deliberativo do Esporte Clube Vitória. Quando assumi a presidência do Conselho Deliberativo, a primeira atitude que tomei foi reformar o estatuto e não permitir mais de mais uma reeleição para presidente de clube. Fui Relator de matéria que ficou aqui engavetada. Ela foi atropelada pelo Senado, foi votada, e hoje não é permitido mais de uma reeleição.

São essas ações que eu acho que têm que ser tomadas no esporte.

O Paulo André falou do direito de arena. O direito de arena está muito claro. Eu não vejo por que achar que não está claro o direito de arena na Lei Pelé:

“Pertence às entidades de prática desportiva — portanto, aos clubes — o direito de arena, consistente na prerrogativa exclusiva de negociar, autorizar ou proibir a captação, a fixação, a emissão, a transmissão, a retransmissão ou a reprodução de imagens, por qualquer meio ou processo, de espetáculo desportivo de que participem.”

“Salvo convenção coletiva de trabalho em contrário, 5% da receita proveniente da exploração de direitos desportivos audiovisuais serão repassados aos sindicatos de atletas profissionais — nós fizemos isto aqui com a participação do Martorelli —, e estes distribuirão, em partes iguais, aos atletas profissionais participantes do espetáculo, como parcela de natureza civil.”

Não vejo onde não está bem esclarecido isso. Mesma coisa é o direito de imagem, também está muito claro o direito de imagem. Não vejo por que achar que isso não está bem explicitado.



O não pagamento ao atleta do salário e contribuição prevista em lei por parte da entidade desportiva cessionária, por 2 meses, implicará a rescisão de contrato de empréstimo, incidência de cláusula compensatória, quando é por empréstimo. Quando não é empréstimo, em 3 meses, rescinde-se o contrato, e o clube paga ao atleta todo restante do contrato dele. Também foi incluído na nova Lei Pelé que aqui Marco Aurélio participou.

Então, não vejo por que penalizar o torcedor para que o clube perca pontos, rebaixe de uma competição para outra, porque o clube foi mal gerido pelo seu dirigente. Eu, torcedor, vou ser penalizado porque o dirigente do meu clube geriu mal o meu clube, levando o meu clube para a segunda divisão? De jeito nenhum. Eu acho que quem tem que pagar isso é o gestor, é o presidente que está gerindo o clube, e não eu, o torcedor, porque o meu clube está na segunda divisão.

E o atleta que está num clube de primeira divisão e vai para a segunda divisão, o atleta também vai ser penalizado nessa mesma linha de raciocínio? Não vejo porque isso prosperar. Tenho me colocado radicalmente contra se penalizar o clube por índice técnico. O índice técnico se julga dentro de campo, nas quatro linhas. Se perde ou se ganha ponto é por índice técnico, e não por má gestão de clube.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - O.k. Deputado Edinho Bez. Depois voltamos a palavra para o convidado se dirigir aos outros Deputados, o que tem grande importância. O Décio vai ficar. Ele vai voltar em fevereiro. É bom que dá tempo de você pensar o que vai perguntar.

O Fluminense já morreu. Agora o seu eu não sei.

O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ - Voltará junto conosco também em fevereiro, não é Jovair? Eles irão voltar conosco, também estaremos de férias em janeiro, voltaremos juntos em fevereiro com a cabeça mais fresquinha.

Bom, serei bastante breve, já risquei muita coisa aqui, porque já foram feitas várias perguntas. Apenas vou filosofar um pouquinho: já que as perguntas foram feitas por meus antecessores, endosso todas.

O nosso objetivo aqui é saber da realidade dos fatos para juntos tentar encontrar uma solução. Todos nós queremos encontrar solução. Estive reunido com a OAB e disse que muitas coisas não estão em vigor ou não apresentamos outros



projetos, porque também tem que partir da iniciativa dos segmentos. Que o futebol é uma paixão nacional é inegável. Por isso, não podemos conviver com esse problema. E também gostaria de saber qual é a origem da maioria das dívidas dos clubes.

Sobre a violência de Joinville, em Santa Catarina — eu já usei a tribuna hoje —, digo que o meu Estado nada tem a ver com isso. Preciso deixar bem claro isso, porque ouvi um comentário de um radialista aqui de Brasília, fazendo insinuações sobre a Prefeitura de Joinville, o estádio, a nossa própria federação está isenta. Nós apenas a cedemos. Lamento principalmente pelo Atlético do Paraná não ter trabalhado com prevenção.

A CBF tem algum departamento com a finalidade de fiscalizar ou avaliar a situação financeira dos clubes?

Vamos fazer uma final para colaborar, porque nós vamos ter bastante tempo lá na frente.

A verdade é que estamos num atoleiro, como disse o nosso Relator Otavio Leite: *“Se estamos no atoleiro, vamos iniciar a saída tracionado nas quatro rodas”*. Cito essa frase para simbolizar a seriedade e a dedicação do nosso trabalho junto com muitos, em especial, com os dirigentes do futebol.

Era essa a minha colaboração, para ser objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Agradeço ao Deputado Edinho Bez e corroboro a brincadeira do Deputado Relator: para sair do atoleiro, pode ser com um veículo de quadro rodas, que é mais caro, ou com um burro velho de carga, que também puxa. *(Risos.)* Qualquer uma das duas situações é importante para os clubes.

Vamos ouvir o Martorelli.

O SR. RINALDO JOSÉ MARTORELLI - Primeiro, um abraço ao Deputado Deley, que chegou depois da minha fala, companheiro de posição que sabe tanto quanto eu da dificuldade desse negócio.

Há muitas colocações, eu queria esclarecer que o Décio ficará aqui também, caso seja necessária a participação dele.

Deputado José Rocha, eu acho que o Paulo se refere à limitação da porcentagem que o atleta pode receber como direito de imagem. Tem dado algum



problema aí. A ideia é limitar e fazer um balanço nesses termos. Acho que é só essa...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Sim, mas está limitado, são 5%.

O SR. RINALDO JOSÉ MARTORELLI - Do direito de imagem, não o direito de arena.

O SR. PAULO ANDRÉ BENINI - Esse é direito de arena.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Não, ele falou de direito de arena.

O SR. PAULO ANDRÉ BENINI - Não, não, de imagem.

O SR. RINALDO JOSÉ MARTORELLI - Não, mas depois o Paulo fala aqui.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - O.k.

O SR. DEPUTADO DELEY - Presidente Martorelli, se o Paulo não sabe, antigamente se recebia 20% de direito de arena. Eu questionei inclusive à época o próprio Martorelli e o nosso Presidente do Rio se os jogadores estavam realmente aceitando essa redução. Essa era uma das coisas que eu queria colocar à época, mas vocês me disseram que estavam aqui como representantes dos jogadores e que aceitavam essa diminuição. Não foi isso?

O SR. RINALDO JOSÉ MARTORELLI - Foi.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Mas, viu, Martorelli, em relação ao direito de imagem, também está claro: pertence ao atleta, é dele, portanto, faz com ele o que quiser.

O SR. RINALDO JOSÉ MARTORELLI - Mas a discussão e a posição do Paulo são com relação à limitação porque, infelizmente, macularam um instrumento importante que a gente tinha para usar no futebol, que era o direito de imagem. Isso foi maculado, porque muitos, infelizmente, fazem o contrato de imagem, e não usam a imagem. Há uma discussão que se caracteriza como salário. O clube tem uma dívida maior ainda. Então, esse é o fato. Quando a gente fala de dívida aqui, é que foi mal usado um instrumento poderoso, valioso, que a gente podia ter para melhorar a condição de pagamento e o ganho para o clube e para o atleta, haja vista o que aconteceu com o Neymar. O Santos não só o pagava muito bem como ganhava ainda com a imagem dele. Aliás, conheço dois casos no Brasil, o do Neymar e do Raí, lá atrás. Com o mau uso, nós maculamos o contrato de licença de uso de imagem — esse é o problema —, e a dívida do clube aumentou. O processo do



Luizão contra o Corinthians é emblemático nesse aspecto. Isso aumentou muito, porque todas as multas, toda falta de recolhimento previdenciário recai sobre o clube.

Então, acho que essa é a discussão, mas ela vem na sequência.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Claro.

O SR. RINALDO JOSÉ MARTORELLI - Com relação ao que o Deley falou, nós éramos e ainda somos representantes do Atlético. Vamos discutir contexto histórico. Na verdade, não foi uma redução.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RINALDO JOSÉ MARTORELLI - Não. Foi uma antecipação; não foi redução, foi antecipação de um percentual.

(Não identificado) - Não é redução?

O SR. RINALDO JOSÉ MARTORELLI - Não, não é redução. Você podia fazer acordo parcial ou total, mesmo porque não havia condição de o sindicato dar quitação para isso.

Eu entendo o seu desconforto com relação ao FAAP, Deputado Deley. Eu falei da FAAP, e V.Exa. ficou desconfortável.

O SR. DEPUTADO DELEY - O que eu não entendo, Martorelli, é você ser contra uma entidade que também é a favor do ex-atleta. É isso que eu não consigo entender.

O SR. RINALDO JOSÉ MARTORELLI - Eu não sou contra. O seu desconforto gerou uma argumentação, mas não há problema, debato com V.Exa., a qualquer momento, na hora que quiser. Não tem problema nenhum. A FAAP já tem recurso.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. RINALDO JOSÉ MARTORELLI - Então, tem. Mas o recurso da FAAP é só para a assistência do atleta. O recurso não chega a São Paulo. V.Exa. consegue me explicar isso?

O SR. DEPUTADO DELEY - Porque eu quero crer que os recursos são poucos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Martorelli, por gentileza, fale sobre o tema colocado.



O SR. RINALDO JOSÉ MARTORELLI - Desculpe-me. A gente pode ter o debate numa outra situação. E outra, a FAAP beneficia só os associados. A gente tem que buscar recurso para todo mundo. Nós não defendemos que o atleta profissional venha se aposentar aos 35 anos nesse estado social. Não dá! Não dá!

Agora, o que a gente defende, sim, é que possa ser criado, e já conversei com o então Ministro Gabas, da Previdência, ex-Secretário Executivo do Ministério da Previdência, que se estabeleça um benefício um benefício temporário de 2 ou 3 anos, de acordo com o contribuição desse atleta, para que ele possa se reempregar. Isso nós defendemos, para que ele volte a contribuir e venha se aposentar lá na frente. Esse é um mecanismo importante que pode sair daqui, muito importante.

Direito de imagem, direito de arena... A FAAP já está dito. O origem das dívidas, infelizmente, não dá para discutir. O poder de fiscalização. Acho que as federações tinham que fiscalizar para dar licença para esses clubes participarem. É o que tem aqui.

Deputado José Rocha, eu discordo, porque temos sentenças e sentenças que a gente não consegue executar. A única forma é saber que a gente consegue fazer com que o clube venha, sim, primeiro, melhorar a forma de contratação dos atletas e, segundo, cumprir religiosamente os pagamentos de salário.

Nunca ninguém aqui viu a federação, o sindicato preocupado ou tentando se meter, quando a questão não é atraso de salário. Agora, quando é atraso de salário, nós nos metemos, sim. Então, a gente não quer saber o que faz o dirigente, se ele tem uma gestão boa ou má. A gente quer saber quando falta o salário para o atleta. A gente denuncia na DRT, que não tem auditor para fiscalizar, a gente faz as denúncias na federação. Em São Paulo mudou muito o quadro, mesmo que estejamos ainda distantes, mas mudou muito o quadro.

Palavra cortada, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Não é cortada, é encurtada. Você mesmo pediu, porque tem que pegar um voo, e o Paulo André também.

O SR. RINALDO JOSÉ MARTORELLI - Então, está bem. O Dr. Décio fica aí e eu agradeço. Voltarei, e estou à disposição para qualquer outro momento, para qualquer outra situação.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Cada área é uma lei diferente que vai ter que ser criada, dos atletas profissionais, dos empresários de futebol, dos juízes ou árbitros de futebol, dos clubes, com relação a *fair-play*, da previdência privada, da previdência pública. Enfim, é muita coisa, é muito detalhe, mas o Relator está atento, com certeza.

Vou ouvir o Paulo André.

O SR. PAULO ANDRÉ BENINI - São muitas coisas. Estou me acostumando aqui, porque o assunto vai e volta, e você fica tentando anotar e passa, mas a gente vai se acostumando. Deputado José Rocha, realmente falei sobre direito de imagem. O direito de imagem tem tido uma prática muito confusa. Por quê? A maioria dos clubes pagam até 90% do salário na imagem.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Mas, meu ilustre o atleta. Clube não tem que pagar direito de imagem. O direito de imagem é do atleta. Está aqui na lei. É só executar a lei. *“O direito ao uso da imagem do atleta pode ser por ele cedido ou explorado, mediante ajuste contratual de natureza civil e com fixação de direitos, deveres e condições inconfundíveis com o contrato especial de trabalho desportivo.”* Não tem nada a ver com o contrato esportivo. Não tem nada a ver.

O SR. PAULO ANDRÉ BENINI - O atleta vai para um clube da terceira divisão de São Paulo ganhar 1.500 reais e o clube fala: *“Eu te pago um salário mínimo e o resto todo tem que ir na imagem, senão eu não te contrato.”*

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Mas aí é problema do atleta.

O SR. PAULO ANDRÉ BENINI - Mas é lógico, é a sobrevivência dele. Ele trabalha para receber.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - A lei regulamenta perfeitamente qual é o direito do atleta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Deputado Rocha...

O SR. PAULO ANDRÉ BENINI - É nesse sentido que a gente pretende limitar o uso de direito de imagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Vocês já fizeram as perguntas. Eu queria só que os atletas respondessem; depois, ao fim, cabe a sua réplica. Por favor.



O SR. PAULO ANDRÉ BENINI - É exatamente nesse sentido que a gente pretende limitar o uso da imagem, para que ela não seja mais mal praticada, como vem sendo. A ideia original era genuína, era positiva. Agora, o que vem sendo praticado é errado e tem prejudicando os atletas. Por quê? Porque o clube paga o que está na carteira e não paga o que está na imagem. E o que não foi pago na imagem o atleta não tem como se desvincular do clube. Então, nos temos jogadores presos, sem receber a imagem, que na maior parte dos casos é um montante maior do seu salário, e nada pode ser feito.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - É uma burla do contrato. O dirigente está burlando o contrato.

O SR. PAULO ANDRÉ BENINI - Exatamente. Por isso a gente prefere limitar, para que não haja essa burla do contrato. Se na legislação atual ela não acontece, a gente limita e volta a tenta fazer com que dê certo. Essa é uma posição dos atletas, e a gente defende.

Falando sobre o PROFORTE ainda. Entendo claramente que se trata de um benefício cedido pelo Governo para que os clubes possam pagar dívida, assim como o Mauricio falou muito bem. É necessário que haja viabilidade econômica para que se quite o que se deve. Ninguém quer anistia, ninguém quer perdão, todo mundo quer pagar. Agora como isso é possível? E aí existem alguns modelos propostos pelo que eu entendi.

Quando você assume o compromisso, você recebe o benefício, assume o compromisso, você tem o compromisso de quitar a dívida ou a punição, se não quitá-la. O que me ocorre é por que não ter uma contrapartida? Ou seja, pela terceira vez, pela quarta vez o Governo está tentando auxiliar os clubes. Nas outras vezes, nas vezes anteriores isso não funcionou. Por quê? Por que faltou fiscalização, por que faltou regulamentação, ou por que não houve cumprimento, e a punição não era efetiva?

Então, qual é a contrapartida, por eu estar te ajudando mais uma vez, por eu estar oferecendo ajuda com o parcelamento da dívida, o que você tem a me oferecer, além do pagamento, que é uma obrigação? E é esse ponto que eu acho que não entendi a contrapartida do projeto.



Eu acho que seria interessante a gente pensar nesse modelo. A contrapartida poderia ser selos de qualidade de boa governança, limites, além da prática da boa governança: separar o futebol profissional do clube social.

O que poderia ser feito para que a gente limite a repetição dos erros? Podemos determinar um limite de prejuízo do regressivo, em que o clube hoje, com o prejuízo que ele tem, impossível ele virar zero do dia para outro, mas que a cada ano esse limite se reduza ou diminua para que a gente consiga atingir um valor plausível e que a gente vá fechando as torneiras aos poucos. Acho que isso é fundamental. Sem fechar a torneira. Então, a gente fecha a parcela de dívida fiscal, vai estourar na trabalhista. Fecha a trabalhista, vai estourar nos fornecedores e nos terceiros ou nos funcionários do clube. Então, se não houver contrapartidas e se não houver tentativas de se fechar a torneira, isso não vai acabar nunca. Daqui a 5, 10 anos, nós vamos voltar a discutir o mesmo problema.

Então, a tentativa que eu enxergo e que eu acho viável, ou pelo menos que pode vir a colaborar com o projeto seria primeiro: limite regressivo de prejuízo, definição do que é salário. E o segundo passo seria a contrapartida nesse momento. Já que eu auxilio o clube a parcelar, mais uma vez, a dívida da maneira como ele quer pagar para que seja possível, eu preciso que ele não adquira mais dívida, seja ela fiscal, trabalhista, enfim, seja qual for. Como é que eu faço isso? E quando você passa para o *fair-play* trabalhista, a partir do momento presente, aí está a questão da implementação de uma agência reguladora, de uma auditoria independente, e vamos trabalhar para desenvolver isso.

Por que é necessário? No Estado de São Paulo, há 3 anos, existe o *fair-play* na Federação Paulista. O que acontece lá? Se o jogador não recebe, ele tem o direito de ir ao sindicato para reclamar que não recebeu. O sindicato notifica a federação, a federação notifica o clube e o clube tem 48 horas para quitar a dívida. Se não quitar, perde 3 pontos.

Concordo com o Deputado quando disse que influenciar no resultado esportivo não é o modelo mais correto. Mas talvez, neste momento em que vivemos, seja o único que possa funcionar. Não sei.



Uma vez que o atleta foi ao sindicato e fez com que o clube dele corresse o risco de perder ponto, ele está sendo exposto à torcida, à mídia e ele pode ser retaliado de diversas formas.

Eu dou meu exemplo, eu jogo no Corinthians. Se eu sair e processar o Corinthians, eu nunca mais piso em São Paulo. Se o Corinthians perder ponto e cair de divisão ou perder um título porque ele perdeu três pontos, isso é impossível. Se a gente vai de novo para um clube de terceira divisão que recebe o salário mínimo, e o clube não está pagando em dia, quando o sindicato vai lá e diz: *“Vocês têm que entrar e têm que acusar esses caras”*. Eu digo: *“Se a gente acusar, não temos onde jogar, não temos onde trabalhar”*. Então, ele diz: *“Por sobrevivência fico aqui, prefiro jogar onde estou e ser visto por alguém de um clube maior do que processá-lo, entrar na Justiça para receber esse dinheiro e ficar sem jogar.”*

Então, esse mecanismo não vai funcionar. Se não houver uma auditoria que fiscalize, que confirme o vencimento e que comprove a quitação, o modelo não funciona. Porque, se depender do atleta e da exposição do mesmo para acusar, fica inviável, por sobrevivência, por autopreservação.

O Deputado Vicente Candido me perguntou sobre a licença de treinadores ou gestores. Eu acho que também deveria haver aqui uma contrapartida. Ou seja, eu estou dando opções, e depois...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - O Relator vai trabalhar nesse sentido.

O SR. PAULO ANDRÉ BENINI - Com relação à capacitação. Eu imagino que a criação de uma licença obrigatória, em que só aquelas pessoas qualificadas para tal feito, para tal fato, para tal cargo pudessem dirigir, gerir ou comandar um time, mesmo comandar um time como treinadores, é fundamental para profissionalização e para a capacitação do futebol brasileiro. A gente vai preparar melhor os nossos profissionais, para que na frente eles possam fazer as melhores escolhas, para que eles possam agir da melhor maneira possível e, dessa forma, virtuoso, a gente consiga melhorar a qualidade do nosso futebol.

Então, quando eu vejo apenas um projeto isolado, eu acho que ele não vai funcionar. Uma medida com maior bom interesse e bom senso. Dificilmente, sozinho esse projeto vai conseguir resgatar toda a hegemonia do futebol brasileiro.



Eu não sei se faltou alguma coisa.

O direito de imagem seria a limitação. Na Espanha hoje eles propõe uma limitação de até 15% do valor do salário. E aqui está o Dr. João se ele puder falar sobre isso, ele entende muito mais do que eu de leis.

Acho que eu respondi tudo que me era devido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Dr. Raul Correia, O Marco Aurélio já foi embora. Se o Paulo André ainda tiver tempo, ele continua conosco.

Eu quero lembrar que, em fevereiro, nós vamos fazer outra rodada desta, e nós queremos depois ouvir o Bom Senso, porque nós temos um questionamento muito grande hoje pela imprensa, que o Bom Senso, os jogadores profissionais dos grandes clubes brasileiros têm feito constantes reivindicações dentro de campo por um calendário mais frouxo. Ou seja, o calendário deles está muito apertado, um calendário mais justo. E aí tem aqueles querem um calendário mais apertado. Então, é para eles voltarem aqui em fevereiro.

O SR. PAULO ANDRÉ BENINI - Rapidinho, 30 segundos. O Bom Senso defende exatamente isso, um calendário mais equilibrado e saudável, em que os pequenos jogarão mais, um mínimo de 36 partidas, hoje eles jogam apenas e, no máximo, de 15 a 19. Eles defendem que qualquer clube no Brasil, são 687 clubes no Brasil, jogue, no mínimo, 36 partidas e, no máximo, 72 partidas. Isso representa quase 15 mil boias-frias que têm trabalho por 3 meses e a gente defende que eles possam trabalhar durante o ano todo, para dar sustento às suas famílias.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - E quem vai pagar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Caixa Econômica.

O SR. PAULO ANDRÉ BENINI - Vai ser um prazer voltar aqui para falar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Em fevereiro você já está convocado, em vez de treinar lá no Corinthians, que um timinho de quinta categoria você vem para cá. Ah, não posso falar isso, não. *(Riso.)*

Eu estou falando antes do Raul, porque ele vai me retrucar aqui.

Raul Correia.

O SR. RAUL CORRÊA DA SILVA - O senhor vai ferir o decoro Parlamentar se continuar falando.



É difícil, na verdade retrucar o comentário do Presidente, porque para mim, desde quando eu era pequeno, eu sempre me referi ao Corinthians como campeão do mundo. Então, é difícil retrucar.

Gente, deixa eu procurar passar para vocês a resposta dos números que nós fizemos. Eu não sei se já foram distribuídos todos os livretos. Pedro, você já distribuiu todos os livretos? De qualquer forma, quem não tiver fisicamente, poderemos mandar depois, mas vamos deixar no *site* da Comissão o arquivo em PDF dos dois livretos, porque é muito interessante ver, porque aí estão todas as dívidas dos clubes, toda a situação financeira dos clubes e também o *fair play* na Inglaterra.

Voltando, então, à origem dos números, aqui são os balanços auditados dos clubes. Esses números não foram buscados: “Ah, *tal pesquisa aqui, Internet aqui*”. Esses números são os balanços oficiais e auditados dos clubes.

Timemania. Quando foi feita a Timemania, os clubes não sabiam a posição da sua dívida, os clubes não tinham perfeita noção dela, salvo raras exceções. Talvez, dos grandes, poderia haver quatro ou cinco que realmente sabiam. Ao longo dos anos, de 2007 para cá, a gente vem sentindo uma mudança grande nos clubes. Nós estamos vendo mudança na governança dos clubes e também na transparência dos clubes. Acho que o Corinthians foi o primeiro clube que começou a colocar seus números na Internet. Também o Santos passou a fazer isso, o Flamengo passou a fazer isso — e de forma amíúde, não digo só o balanço final. Eu acho que essa é uma mudança real e efetiva que nós estávamos fazendo, o que é muito bom. Então, a Timemania, naquele momento, não se sabia, e depois ela foi indo.

A governança foi um das questões aqui. Mandatos indefinidos não dá, gente! Você não consegue governar. É tudo paixão, todos nós somos apaixonados. Ninguém vai para o clube com um objetivo A ou B que não seja a própria paixão de motivar o seu clube e fazer dele um clube campeão. Nós precisamos mudar a governança mesmo. Tem que ter mandato mesmo. No Corinthians, por exemplo, o presidente fica por 3 anos; não tem reeleição; e fica 2 mandatos fora, ou seja, se você é presidente hoje, fica 6 anos afastado.

Implantamos também no clube, desde 2007, a profissionalização, porque nós precisamos profissionalizar. Nós dirigentes não somos remunerados, mas nós temos



os nossos profissionais, que são profissionais de mercado, os quais são gerentes de cada divisão. Essa alteração permite que, na mudança, quando o dirigente vai embora, você continue crescendo. Então, a gente acredita muito nisso.

Quanto à questão de má gestão ou não, é difícil ficar divulgando o passado. Por exemplo: *“O torcedor não tem culpa pelo diretor anterior”*. Ora, se a culpa de o clube cair para a segunda divisão for do diretor anterior, o torcedor “paga o pato” da mesma forma. Quer dizer, quando se fala da questão de penalidade desportiva, ela realmente é uma forma muito eficaz que se tem de fiscalização, porque, se você faz um compromisso de parcelamento do seu endividamento, isso, logicamente, é muito difícil com os números atuais.

Sobre esse parcelamento que existe — eu mostrei os números para os senhores —, é preciso pensar que se tem que tirar multa, tem que tirar juros e colocar juros como os Estados e os Municípios fizeram, trazendo juros mais reais desde a sua origem. Na Timemania, os clubes pagam, mas continuam devendo mais, conforme os quadros que a gente acabou de mostrar.

Quando se fala de como sair disso, nós temos que ter uma mudança real. Quando se fala de direito de imagem, realmente existem abusos. Acho que isso foi muito bem colocado, porque o direito de imagem tem que estabelecer realmente um percentual “x”, e é isso que vale. Nós assumimos o ônus de acabar com o direito de imagem no clube. Há poucos atletas com direito de imagem no nosso clube, o que custa muito caro em impostos para a gente, em termos de férias, 13º salário, isso tudo, porque nós transformamos tudo em salário. Quem tem direito de imagem conosco é porque realmente tem direito de imagem. Isso custa muito caro e também nos deu problemas.

Há gente falando aqui: *“Governança, nós temos que fazer? Como sair disso?”* É mais ou menos como se fez na Lei da Responsabilidade Fiscal, é isso o que nós temos que ter. Por quê? Eu mostrei aos senhores o percentual que nós temos do custo de futebol em relação à receita. Quando eu digo que, na Alemanha, esse percentual do custo de futebol em relação à receita é de 51%, eu estou mostrando o que é governança. Se eu tenho um percentual de 75% do custo de futebol em relação à receita, eu não pago nem o presente nem o passado. Na hora em que você está falando com um agente de jogador e está negociando um contrato, tudo



isso precisa ser considerado mesmo, porque, se o jogador custar cem, ele não custa só cem, pois o Imposto de Renda Retido na Fonte tem que estar incluído no salário. Às vezes, as pessoas se esquecem de que o Imposto de Renda faz parte do salário. Fora isso, você tem Fundo de Garantia, você tem férias, você tem tudo que envolva esse trabalho. Isso é custo.

Então, o que nós estamos fazendo? Realmente, estamos estabelecendo um percentual máximo de custo em relação à receita. Não esquecendo, obviamente, que nós somos um bando de apaixonados; mas dá para resolver, sim.

O passado nós precisamos trazer em números, se são 2% ou não — e me soa 2% um valor alto, principalmente, para quem tem endividamento alto —, eu acho que se tem que fazer essa atualização. Quando você pega um endividamento hoje quase que é um terço a dívida, um terço a multa e um terço de juros. Quer dizer, eu acho que isso precisa realmente ser analisado na hora de fazer, porque, se não, fica muito difícil para os clubes.

Acho que cobri todos os pontos que me falaram aqui.

Por último, gente, o Presidente do Botafogo colocou muito claramente uma situação, e eu me lembrei também de uma coisa.

Eu não entendo da burocracia da Câmara, mas como o Deputado falou, eu já estive aqui umas 4, 5 vezes falando sobre esse assunto nos últimos 2 anos. Em certa ocasião um filho meu estava no hospital, numa época em que não existia *fax*, não existia *e-mail*, não existia nada, e ele precisava tomar um remédio que me falavam que chegaria em 30 dias. Em 30 dias eu não teria mais meu filho, então eu peguei um avião e fui lá buscar.

Nós estamos vivendo uma situação hoje em que vários clubes estão com uma dificuldade muito grande. Portanto, temos que pensar em alguma solução possível.

Eu acho que essas são as respostas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Tem a palavra o meu colega cirurgião-dentista, Presidente do Botafogo, que ainda não respondeu.

O SR. MAURICIO ASSUMPÇÃO - Algumas questões que eu acho que cabem ao dirigente responder, primeiro, ao Deputado Otavio Leite.

É verdade, sim: alguns clubes assinaram confissões de dívida na época da Timemania sem saber exatamente o que estavam assinando, tanto é que hoje nós



temos uma auditoria no Botafogo, exclusivamente, para essa questão fiscal — e trabalhista também —, para que a gente possa entender o tamanho e o volume da nossa dívida.

Num estudo primário feito por essa auditoria já se viu que 30%, talvez, da nossa dívida fiscal desapareça, ou porque ela já foi paga de alguma forma ou porque ela já prescreveu.

Na verdade, vai-se fazer necessário que todos os clubes façam auditoria de suas dívidas. Isso vai ser uma questão de ponto zero para que todo mundo saiba efetivamente quanto tem a pagar.

A outra questão que foi levantada pelo Deputado Vicente Candido é com relação ao prazo. Eu talvez jogue contra o próprio patrimônio, vamos dizer assim, Deputado, mas eu digo o seguinte: se a Casa estabeleceu que o teto são tantos meses, são 20 anos, eu acho que a gente tem que arrumar uma solução dentro dos 20 anos.

Se cada clube começar a alegar agora: *“não, eu posso pagar em 15, eu posso pagar em 20, posso pagar em 30, eu só posso pagar em 40”*; eu acho que a gente vai demorar cada vez mais para achar uma solução.

É possível o Botafogo pagar em 20 anos? É. Mas, talvez, a situação seja diferente da do Grêmio. E por quê? Porque eu tenho um comprometimento das minhas receitas nos próximos 3 anos maior, talvez, do que o comprometimento do Grêmio. Mas eu posso, em 20 anos, aumentar depois do quarto ano o meu percentual de pagamento porque o meu endividamento no quarto ano é menor do que nos três primeiros. Portanto, dentro dos 20 anos, eu poderei pagar a minha dívida.

Repito: talvez eu esteja jogando contra o patrimônio. Seria muito melhor para mim falar assim: “Não, Deputado, efetivamente não posso pagar em 20 anos. Dá para fazer em 25?” Mas aí a gente não vai sair do lugar. Então, se o prazo é 20, a gente tem um jeito de pagar em 20, desde que as condições sejam dadas. De novo: é preciso que se entenda o comprometimento das receitas de todos os clubes.

A outra questão levantada foi a seguinte: como fiscalizar isso? Essa fiscalização obviamente tem que partir de auditorias independentes. Elas têm que estar ligadas às Federações, porque são elas que têm o regulamento das



competições, mas as auditorias têm que ser independentes. E auditoria independente hoje no País não é difícil de achar, até porque essas empresas sofrem uma fiscalização muito grande e têm uma penalidade muito grande.

Então, eu não acho que haja necessidade de criação de uma agência para controlar isso. Acho que não. O mercado propriamente dito tem como controlar isso e auditar esses números de uma forma efetiva e com o sentido de fiscalização, sim — que é uma preocupação que o próprio Paulo André falou.

Quanto à outra questão levantada pelo Deputado José Rocha, sobre as penalidades dos Presidentes de clube, quero dizer que eu adoraria poder cobrar de todos os ex-Presidentes as dívidas que eu encontrei no Botafogo. Eu adoraria! Mas infelizmente, em relação a alguns, eu tenho que procurar o Chico Xavier para falar com eles lá em cima, porque já partiram desta para melhor. Então, efetivamente a gente tem a dívida lá.

Eu, em 5 anos de mandato, paguei mais de 26 milhões de dívida fiscal; paguei mais de 30 milhões de dívida trabalhista, mas não me orgulho disso, até porque eu continuo devendo, eu continuo pagando e eu continuo acumulando dívida.

Sobre a questão da sucessão, conforme citado pelo senhor — que no Vitória hoje são dois mandatos e não se pode ir ao terceiro —, no Botafogo é exatamente a mesma coisa. Eu completo o meu segundo, não posso ir ao terceiro e, se quiser, tenho que esperar mais um mandato para tentar um terceiro. Digo ao senhor, como já disse anteriormente, o seguinte: não volto mais, acho que já dei a minha contribuição. Por quê? Porque acredito no seguinte: sou contra também a perpetuação. Acho que deve haver novos quadros, isso tem que ser rejuvenescido, que novas lideranças têm que surgir, porque isso é salutar para o processo democrático, inclusive, do clube.

Agora, acho importante, sim, que a gente tenha uma penalidade técnica, porque é essa que o dirigente de futebol entende. Infelizmente, Deputado, é essa que ele entende. Eu vou dizer a V.Exa. com toda a sinceridade: se houver uma penalidade econômica ao Presidente Mauricio Assumpção, não vão pegar absolutamente nada do Presidente Mauricio Assumpção.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Por que não?



O SR. MAURICIO ASSUMPÇÃO - Porque eu não tenho bem. O único bem que tenho está no nome de meu filho, que é filho único.

Aí o senhor pode perguntar: “*Como você é Presidente de clube?*” Eu sou Presidente de clube.

Então, estou dizendo o seguinte: a penalidade hoje mais importante para um dirigente, infelizmente, na realidade do futebol, é a penalidade de seu time, por exemplo, não continuar num campeonato, num eventual segundo turno, porque simplesmente...

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - O que o torcedor tem a ver com isso, Sr. Presidente?

O SR. MAURICIO ASSUMPÇÃO - O torcedor tem muito a ver com isso, porque ele faz parte desse processo de votação, inclusive, dos Presidentes de clubes. O torcedor é um instrumento forte, sim, de fiscalização dos atos deste Presidente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - O eleitor tem a ver com o Deputado que colocou aqui. Houve Deputado aqui dentro...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Deputado Rocha...

O SR. MAURICIO ASSUMPÇÃO - O voto foi meu, eu tenho responsabilidade.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - E ele é culpado disso, Sr. Presidente?

O SR. MAURICIO ASSUMPÇÃO - Se eu votei no meu Deputado, eu tenho participação.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Mas você não é culpado! Espere aí, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Eu desliguei o microfone aqui para a gente organizar. Deputado, vamos organizar, pois V.Exa. terá direito à réplica.

O SR. MAURICIO ASSUMPÇÃO - Havia mais algum ponto, Deputado Otavio Leite?

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sobre o montante da dívida.

O SR. MAURICIO ASSUMPÇÃO - É, isso eu respondi no início. Desculpe-me. Acho que o Deputado estava no telefone, mas vou repetir.



É verdade, sim: a grande maioria dos clubes, quando assinou a Timemania, não tinha noção do tamanho da sua dívida, e a dívida é real. Tanto é, Deputado, que nós agora estamos com uma auditoria interna no Clube, efetivamente para ver a questão da dívida fiscal e a dívida tributária.

Já no início do trabalho dessa empresa de auditoria, foi-me dito que possivelmente 30% da minha dívida será reduzida, ou porque alguma já foi paga ou porque já prescreveu.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Quanto tempo vai demorar sua auditoria?

O SR. MAURICIO ASSUMPÇÃO - Eles têm 5 meses para apresentar o trabalho.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Eu penso que isso deve ser geral, não? Um quadro geral?

O SR. MAURICIO ASSUMPÇÃO - Eu acredito que sim.

Deputado, eu tenho o maior prazer de discutir essa questão com o senhor; o maior prazer. E digo ao senhor o seguinte: como Presidente de clube, eu não gostaria de dizer a V.Exa. que essa é a única forma; gostaria de dizer que os bens do Presidente poderiam ser penhorados. O senhor conhece algum exemplo de algum Presidente que tenha feito dívida em clube que tinha tido seus bens para pagar?

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Porque não houve o recurso ao Ministério Público, senão ele pagaria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Nós vamos dar sequência.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Só uma ponderação, do ponto de vista técnico.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - O Relator intervém na hora que quiser, mas estão inscritos, pela ordem, os Deputados Deley, Guilherme e Afonso. Depois vamos encerrar, até porque já estamos sendo chamados para a reunião e ainda temos que votar aqui alguns requerimentos.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - A decisão de contratação de um atleta é um ato unilateral do Presidente do clube; é um ato, como se diz, autônomo do



Presidente; ou ele submete a um conselho a decisão, a deliberação de contratar determinado atleta?

E faço essa pergunta porque, ainda que o Presidente seja quem assina, se essa vontade for a expressão de uma decisão coletiva de um conselho, no mínimo, do ponto de vista da responsabilização pecuniária, haveria um desdobramento também para esses dirigentes do conselho, uma solidariedade passiva, em face de uma ação judicial. Quer dizer, eu queria saber como é isso.

Por exemplo, para trazer o Seedorf, foi uma decisão sua ou do conselho?

Eu citei esse exemplo para homenagear o Deputado Rodrigo Maia, que é botafoguense e gosta do Seedorf.

O SR. MAURICIO ASSUMPÇÃO - Na verdade, no Botafogo, estatutariamente, no Botafogo há um Vice-Presidente de Futebol; abaixo dele, há um Diretor de Futebol, que tem todo o Departamento de Futebol sob sua coordenação. Ele pode ter um gerente técnico ou um diretor executivo, enfim, cada clube dá uma denominação diferente.

No Botafogo, a responsabilidade de contratação é do Departamento de Futebol, que segue determinadas características. Ou seja, faz-se um levantamento do atleta, quantos jogos ele jogou na última temporada, enfim, uma série de questões, até se está dentro do seu orçamento.

Mas, na verdade — como o senhor falou, Deputado —, quem vai assinar efetivamente a contratação é sempre o Presidente. Então, ele pode querer ou não a contratação daquele atleta.

Agora, hoje é muito comum que exista um departamento especializado no futebol, o qual orienta, comanda e coordena as questões das contratações.

Quanto ao Seedorf, foi uma questão de marca. Ou seja, o Botafogo entendeu que precisava trazer um jogador como o Seedorf, porque precisávamos de um “camisa 10”. Foi-se ao mercado e viu-se qual jogador que deveríamos trazer. E a comissão técnica — essa que exerce a direção de futebol — falou que um dos jogadores que temos hoje é o Seedorf, pois está com o contrato por encerrar, existe a possibilidade de ele vir para o Brasil. Ou seja, houve toda uma situação levada em consideração. Aí eu fui escalado para ir a Milão conversar com o atleta. Um ano e meio depois, ele estava fechando contrato conosco.



Mas hoje a profissionalização dos departamentos, obviamente, leva a uma situação diferente daquela que havia há alguns anos. Mas não é pouco comum que, às vezes, um Presidente de clube determine efetivamente o que vai acontecer no Departamento de Futebol desse clube.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Ou seja, em um clube não existe — por mais que haja um sistema presidencialista — um presidencialismo puro? Você tem um conjunto de decisões.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Depende, Deputado...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - É, mas não é sempre que o Presidente decide contratar sozinho?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Depende dos estatutos. Cada clube tem um estatuto.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - Mas contrata.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - É, certamente houve.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Nós vamos ouvir a intervenção dos Deputados Deley, Guilherme e Afonso. Evidentemente que V.Exas. estão sacrificados, mas V.Exas. chegaram atrasados. É por isso também que V.Exas. estão por último.

O SR. DEPUTADO DELEY - Só por 20 minutos. A gente sabe que a generosidade dos nossos convidados, acima de tudo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - O problema não é a generosidade, é a questão do...

O SR. DEPUTADO DELEY - Mas são 14h30min. Nós temos convidados que, às 16 horas, têm de ir embora. Às vezes, é o caso de a gente se adaptar melhor — não é, Presidente?

Deputado Otávio, V.Exa. está saindo?

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - É que S.Exa. vai dar uma entrevista aqui fora e voltará.

O SR. DEPUTADO DELEY - Eu vou tentar ser bem rápido. Primeiro, eu queria parabenizar o Mauricio — permita-me chamá-lo assim, Mauricio. A gente vinha reclamando aqui na Comissão — e eu tive chance de encontrá-lo no aeroporto



—, mas a cada dia essa situação fica muito mais clara para mim. Outro dia eu encontrei um companheiro da Caixa Econômica, e não houve má-fé de ninguém.

Quando se parou para discutir a dívida dos clubes da última vez, realmente havia uma expectativa de que a Timemania seria um grande sucesso. E volto a dizer: acabou virando uma grande armadilha.

Eu acho que cada dia fica mais claro que nós, Deputado Otávio, vamos ter que achar uma maneira de pagar esse passivo que está lá atrás. Não adianta — perdoe-me, Deputado José Rocha —, mas já aconteceu. Não adianta nós ficarmos olhando pelo retrovisor se nós vamos ter que voltar para rever o pequeno agricultor, para quem esta Casa deu jeito, as Santas Casas...

Por favor, Deputado.

O SR. DEPUTADO JOSÉ ROCHA - É diferente, meu caro! O agricultor tomou dinheiro do Governo. Ele está devendo o dinheiro que ele tomou do Governo. O clube não tomou dinheiro do Governo, não.

O SR. DEPUTADO DELEY - Mas os clubes se apropriaram de um dinheiro que era do Governo. Para mim, é a mesma visão, Deputado José Rocha.

Enfim, cada vez mais acho, Deputado Otávio, que não só vamos ter que achar recursos para pagar esse passivo que está lá atrás, como vamos ter que buscar caminhos para gerar novas receitas. Por quê? Eu sei que há dificuldades. Mas, para que a gente possa atender aos vários jogadores de outros times que estão desempregados — como o Deputado Rodrigo comentou aqui em voz baixa e o Paulo André mencionou —, se não gerarmos uma receita para esses outros 700 clubes, esqueça, nós não vamos chegar a lugar nenhum.

Eu acho que a nossa visão tem que ser não só para resolvermos as dívidas, mas também para gerarmos novos recursos. Não sei onde, talvez com a Mega-Sena. Já vou dizer antecipadamente: eu estou vendo aqueles recursos desse fundo judiciário que fica parado dentro dos bancos. Nós estamos buscando caminhos. Não há problema nenhum de amanhã alguém antecipar e apresentar essa ideia. Eu quero é resolver os problemas.

Eu não vou ser indelicado, Deputado Otávio, mas eu sei que alguns ex-colegas meus, de alguns clubes, — que trabalham em categorias de base dentro de



grandes clubes —, já disseram que não tinham dinheiro para pagar a água usada no treinamento. Essa é a realidade.

Então, se nós não gerarmos receita, se nós não dermos condições ao Botafogo, ao Fluminense, a todos os clubes, enfim, de terem um dinheiro novo e terem condições reais de investir na base, nós não vamos chegar a lugar nenhum.

Hoje, o futebol brasileiro, dentro do campo, a meu ver, joga um futebol de quarta ou de quinta divisão. Olhando tecnicamente, o futebol que nós estamos jogando é futebol de quinta divisão no mundo. Estou falando do Fluminense e de vários outros, Rodrigo. O futebol, como espetáculo dentro do campo, é reflexo dos problemas que nós estamos tendo lá fora.

Com todo o respeito ao Seedorf, ao Juninho Pernambucano, a quem vocês queiram, que são realmente grandes figuras, grandes jogadores, mas são jogadores de 38 ou 39 anos. O fato é que acontece uma crise enorme dentro do campo. Está lá o José Roberto no Grêmio. *“Ah, são pessoas diferentes, que se cuidaram”*. Mas há uma crise que é reflexo dessa questão administrativa.

Quando eu digo que o futebol brasileiro tem que ser totalmente rediscutido, obviamente tem-se que discutir a questão de que realmente os clubes vão fechar. Portanto, devemos trazer novos recursos. A gente pode demorar, a gente pode ficar aqui até a hora que a gente quiser, apesar de sabermos da urgência do problema, mas a gente não pode perder as oportunidades.

Essa história de se colocar de novo um prazo, Mauricio, eu duvido que você aguenta, com a receita que você tem hoje, pagar o passado e o presente. Você pode até aguentar, mas o seu time dentro do campo não vai ser o Botafogo que nós gostaríamos.

Eu gostaria de lhe fazer uma pergunta. Você falou da auditoria que você realizou. Você sabe o valor real da sua dívida hoje? Ou a primeira auditoria que você fez foi uma coisa interna?

Estou antecipando algumas sugestões, Relator. Quem participar desse programa que nós estamos montando teria a obrigação, pelo menos uma vez por ano, de fazer uma auditoria independente e certificada pela CVM.

Esses são, portanto, mecanismos que, no momento certo, nós vamos trazer para esta Comissão.



Mas eu não tenho dúvida: se nós não arrumarmos recursos para pagar o passado e poder investir no futuro, nós não vamos chegar a isso o que ele falou. Daqui a dois, três ou quatro anos, estaremos nós de novo aqui discutindo o futebol brasileiro e apresentando este espetáculo de qualidade duvidosa.

Deputado Jovair Arantes, eu não estava aqui no início, mas o meu assessor disse que V.Exa. falou alguma coisa sobre aquela cena ridícula que houve em Joinville. Acho que o nosso Estatuto do Torcedor ou a Lei Pelé já falam algo em relação àquela vergonha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - O Estatuto do Torcedor.

O SR. DEPUTADO DELEY - Mas, se nós tivermos que fortalecer alguma coisa ali dentro, precisaremos ter um capítulo para não vermos cenas animais como vimos no dia de ontem.

Obrigado pela presença do Grêmio, de Botafogo e dos demais convidados que vieram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Inclusive com reincidência de agressores. Os mesmos que estavam em Brasília no jogo entre Corinthians e Vasco estavam também em Joinville, no jogo entre Vasco e Joinville, provocando aquela barbárie lá.

Com a palavra o Deputado Guilherme Campos, da Ponte Preta.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Será música para os meus ouvidos. Contamos com a grandeza da torcida do Botafogo, que não precisa de uma classificação para a Libertadores neste momento. *(Risos.)*

O SR. MAURICIO ASSUMPÇÃO - Deputado, como estou na sua Casa, eu respeito e considero a sua opinião extremamente elogiosa ao meu clube. Muito obrigado. Mas amanhã eu estarei ausente da Casa, então obviamente a minha torcida será outra, Deputado. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Essa é a graça do futebol. No dia em que acabar isso no futebol, acabará a graça do futebol.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - É verdade.



O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Não sou atleta profissional, não sou dirigente, sou torcedor. E sou torcedor de acompanhar time em todas as situações, das piores possíveis às melhores.

Esta semana fui convidado pelo Presidente da Federação Paulista de Futebol, Dr. Marco Polo, para representar a Federação no jogo em Buenos Aires, na Argentina. Vou ter que declinar do convite, por causa das atividades nesta Casa. Infelizmente, não poderei acompanhar lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Mas essa representação, Deputado — e falo apenas como sugestão —, seria também do Congresso brasileiro. O Presidente, com certeza, gostaria muito da sua presença lá, representando o Congresso. É verdade. Eu, como Presidente desta Comissão, faria muito gosto de sua ida, representando a Câmara dos Deputados.

O SR. DEPUTADO GUILHERME CAMPOS - Agradeço a deferência, Deputado Jovair Arantes, mas as responsabilidades aqui na Câmara também são grandes. Há muita coisa rodando. Eu gostaria muito, pois será um momento ímpar na história do meu time. Quem torce para time pequeno sabe o quanto é difícil e duro.

Acompanho tudo isso pelos jornais, pelas notícias veiculadas. Agradecendo aos nossos convidados — e, infelizmente, não posso falar isso aqui na presença do dirigente do Corinthians e dos representantes dos atletas profissionais —, minha conclusão é que, após muita conversa, vejo apenas motivos puramente econômicos e comerciais. Chega-se ao ponto em que o que se está discutindo é quem fica com o quê. Na hora em que você discute a paixão, a paixão é algo muito maior do que isso. Ela vem aqui para a Câmara, é algo importante e que deve ser colocado. Mas, na hora em que se tem que colocar na ponta do lápis, na hora de se colocarem “os pingos nos is”, todo mundo puxa a sardinha para o seu lado.

Eu acho que, devido ao passado recente, os clubes de futebol foram apenados por alterações nas leis, em razão de todo um contexto novo do futebol. Estão pagando por essa transição.

Tudo o que se fala é muito bonito na retórica; eu quero ver quem paga essa atividade dos clubes menores, como foi aqui apresentado pelo representante do



Bom Senso Futebol Clube? Quem vai pagar por essa atividade dos clubes menores ao longo do ano?

É muito bonito, na prática, falar: “*Vai haver trinta e tantos jogos.*” Mas quem pagará? De onde vão sair os recursos? É o que eu gostaria de saber. Os clubes maiores, que participam dos grandes torneios, vão jogar menos? Tudo bem. Agora, como é que vai ficar a equação para adequar o orçamento, com menos jogos pagando a mesma folha?

Todas essas questões têm que ser pautadas de maneira transparente. Acho que o grande mote, tanto na política quanto no futebol, é a transparência em todos os níveis, em todas as esferas. Todo mundo cobra dos clubes transparência dos seus orçamentos. Todo mundo cobra! Têm que ser transparentes quanto à origem do recurso e como o gasta. Agora, quanto se paga para jogador? Quanto se paga para empresário de futebol? Eu desconheço. Todo mundo acha que é tanto. Ninguém fala se pagou tanto para jogador A, B ou C, com tanto de comissão para o empresário C, D ou E, e que tinha a participação de tantos outros empresários nos passes dos jogadores. Acho que, se for para levar a ferro e a fogo, vamos estender essa transparência para todos os níveis da atividade do futebol. Todos os níveis!

Eu sou um grande crítico com relação ao dinheiro que vem do recurso das TVs, das transmissões. Essa concentração em poucos clubes com o grosso da receita vai tirando a capacidade de competição de todos os clubes que participam dessa mesma competição. Acho que, pelo menos quanto aos recursos da TV, deveria haver um critério mais equitativo na distribuição. Patrocínio é competência de cada um, patrocínio é o potencial da marca, patrocínio é a grandeza do clube. Mas para a transmissão deveria haver um critério mais equitativo, para que se dê chance de competição a todos.

Se for para que o Governo brasileiro, por meio de parcelamento dos impostos, tenha que, mais uma vez, participar dessa reorganização das finanças dos clubes, que tenha critérios bem claros de como deve ser pago isso — critérios muito claros. Acho que inclusive o dinheiro da receita da TV deveria ser parte desses recursos, alocado para pagamento dessas dívidas. Eu não me conformo quando vem um clube e não respeita nada: monta um baita de um time, não paga ninguém, vira



campeão, mas fica aquela bagunça para quem vai administrá-lo na sequência, aquele monte de coisa. Mas a estrelinha de campeão está lá no uniforme, ficou.

Eu divirjo do nosso colega José Rocha quanto à questão da não punição técnica. Acho que tem que ter punição técnica sim, para que tenha honestidade no processo competitivo.

Faço muito mais observações do que perguntas aos senhores. E queria deixar este ponto de vista de um torcedor de time pequeno, que sabe o quanto é duro, que sabe quanto o orçamento é apertado e que, quando vê as disparidades, principalmente nos orçamentos de TV, não se conforma. Acho que deveria ter condição para que todos pudessem competir.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Com a palavra o Deputado Afonso Hamm.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Presidente Jovair Arantes, eu queria também participar. Fiquei um pouco prejudicado por não estar presente. A exemplo de outros colegas, eu fui prestigiar o lançamento, pelo Ministro Aldo Rebelo, dos Centros de Iniciação ao Esporte, ginásios de múltiplo uso, com três modalidades. Há inclusive um aprovado para Pelotas. Está aqui ao meu lado o Sr. Luiz Otávio Souza, Chefe das Comissões Técnicas da Câmara de Vereadores.

Quero cumprimentar inicialmente o Presidente Mauricio Assumpção, que conheci quando assumia a Presidência do Botafogo. Em um projeto chamado Estrela Solidária, ele foi solidário conosco, com o Brasil de Pelotas, o Xavante. Fizemos um jogo gratuitamente, inclusive com a presença de Túlio, que lamentavelmente não fez gol. Na época, nós arrecadamos recursos, e toda a receita, graças ao projeto, destinou-se às famílias daqueles atletas que faleceram naquele acidente do Brasil de Pelotas. Foi nessa circunstância que nos conhecemos. E venho acompanhando o sucesso da sua gestão. Lá eu conheci um pouco da organização. Por isso, quero cumprimentá-lo e, de público, agradecer esse gesto, que foi importante.

Vou encaminhar a pergunta, e faço da mesma forma a Romildo Bolzan Junior, que representa o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, do meu Estado. Naturalmente, também faz parte de todos os clubes que estão na busca de uma solução para o passado, porque o presente e o futuro já estão desenhados. E quando nós



desenhamos aqui um projeto e nos propomos a tratar dessa pauta... Já fui Presidente e hoje estou na condição de Vice-Presidente da Comissão de Turismo e Desporto. Com os colegas, debatemos muito aqui, inclusive com o próprio Deputado Vicente Candido.

Agora, apresento o objeto da pergunta, que encaminho aos dois dirigentes de clubes. O centro desse projeto apresenta a questão de trocarmos a dívida, também agregarmos receita nova, por bolsas de formação. Esse tema é importante porque o conceito de bolsa de formação vai no sentido da inclusão social, para a sociedade, e da formação das categorias de base. Alguns grandes clubes têm, mas muitos não têm a sua organização de base, e devem potencializá-la, a exemplo dos médios e pequenos clubes, que preconizamos que também, gradualmente, se estruturem, porque neste universo nós vamos dar uma horizontalidade, uma capilaridade no Brasil inteiro do ponto de vista de oportunidade aos nossos jovens.

Nesse sentido, o projeto está construído para buscar receitas. E uma das sugestões é a raspadinha, um novo prêmio, uma nova modalidade, com novas receitas. Isso é importante. Então, eu queria colocar sob esse aspecto, porque esse é o viés inclusive que se pensa para a substituição de 90% da dívida. A pergunta, portanto, é esta: nesse viés — e é claro que o projeto está começando a ser discutido —, qual é a visão dos dois dirigentes com relação ao tema?

Inclusive quero adiantar algo. O Presidente Jovair Arantes, que nos dá suporte, o próprio Relator e todos nós aprovamos requerimento de nossa autoria, com a colaboração de todos os parceiros, como o Deputado Deley. Na segunda quinzena de fevereiro, faremos um grande debate sobre formação, com esse viés, naturalmente com o reconhecimento da reformulação da Lei Pelé, que reconhece o clube formador, para que também agregue receitas com a venda do jogador. Mas o que é importante é o celeiro de craques, de novos craques, associando essa ação social e resolvendo o problema de dívida dos clubes.

Em minha opinião, o projeto se justifica: a substituição de dívidas, trocando por bolsa de formação, com esse conceito de inclusão e de organização do futebol. Aí, verdadeiramente me refiro à Copa do Mundo. Esta discussão que se está fazendo aqui e o próprio projeto deixarão, construirão um legado a partir da contribuição na organização da gestão dos clubes, passando por esse viés. Enfim, a



pergunta é neste sentido: entendem isso possível e de que forma nós podemos potencializar isso? Não sei se os senhores já tiveram tempo de estudar o projeto.

Era essa a minha consideração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Eu quero passar a palavra rapidamente ao Sr. Romildo Bolzan, que falará e já se despedirá, e, em seguida, ao Presidente Mauricio Assumpção.

Antes, contudo, quero lembrar o apelo dramático — essa é a expressão — feito pelo Presidente do Clube Atlético Mineiro, campeão sul-americano, que está disputando as finais do campeonato mundial fora do Brasil, representando o País. Lembro o apelo dramático que fez à Presidente da República com relação ao endividamento do Clube, um clube daquele tamanho, que está com 2 meses de salários atrasados.

Com a palavra o Sr. Romildo Bolzan.

O SR. ROMILDO BOLZAN JUNIOR - Deputado Afonso Hamm, nós entendemos que o projeto foi muito bem concebido, muito bem estruturado do ponto de vista da visão das políticas públicas, que poderia ser repassada aos clubes não somente na modalidade do futebol, mas também em outras, ou seja, fomentar, por exemplo, o esporte olímpico.

Nós fizemos algumas observações acerca da transição, a respeito desse tema, mas achamos que, no conjunto, o projeto se justifica plenamente. Achamos que essa modalidade de transformar, de prover o fundo da Timemania com esses recursos que vão ser tirados da loteria instantânea, criando a possibilidade não somente da compensação das dívidas através da formação, mas também de desenvolvimento de outros projetos, com projetos custeados a fundo perdido, contempla enormemente toda uma situação que publicamente se justifica como política pública desse projeto.

Nós estamos absolutamente de acordo. Achamos que esse encaminhamento está correto. Só queríamos que fosse tomado cuidado em relação à Timemania. Nesse projeto, a Timemania é absorvida apenas transformando a forma dessa loteria para a loteria instantânea. Isso, de certa forma, traria mais condições de arrecadação. No entanto, a colocação do fundo com um termo à parte para manter o abatimento da dívida dos clubes dentro dos 90% talvez fosse uma situação a ser



examinada. Assim como colocamos aquela situação dos 2%, que faria a transição de quem estaria na Timemania para o PROFORTE, que não poderia exceder esse limite de pagamento que é feito hoje, essa transformação não somente na capacitação, na formação ou no desenvolvimento de projetos. Talvez parte desse recurso pudesse atender a essa destinação da Timemania, para colaborar com times que vão ter mais dificuldade no cumprimento dessa questão.

Eu concordo com o Presidente Mauricio: realmente a situação dos clubes é dramática. O senhor é gaúcho e sabe perfeitamente que o Grêmio vive uma transição hoje, a transição da Arena. Deixou de ter receitas. O nosso balancete, apresentado aqui pelo Diretor do Corinthians, é um balancete que neste ano de 2013 não se repete e não se repetirá em 2014 e em 2015, exatamente porque nós deixamos de ter receitas com a modelagem do contrato que foi feito com a Arena Porto-Alegrense. Nesse caso, para nós, é emblemático que possamos gerar novas fontes de receita inclusive a partir desse refinanciamento, quando deixaremos de tirar uma parte de recursos próprios, que a Timemania não cumpre, para fazer isso.

Mas a estrutura do projeto, para nós, foi muito bem concebida. E acho que deverá avançar, com os estudos que estão sendo realizados.

(Não identificado) - Pela ordem, Sr. Presidente...

(O microfone é desligado)

(Não identificado) - Presidente Mauricio Assumpção, suspenderemos a reunião por 5 minutos. Assim, podemos ir votar. Depois retomamos os trabalhos e terminamos com a fala do Presidente.

O SR. MAURICIO ASSUMPÇÃO - Eu não tenho problemas de horário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Está suspensa a reunião por 10 minutos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Como estamos gravando, voltamos após os 10 minutos de suspensão para a conclusão dos nossos trabalhos da audiência pública e para a votação de alguns requerimentos logo após a fala do meu colega cirurgião-dentista e Presidente do Botafogo, Mauricio Assumpção.

O SR. MAURICIO ASSUMPÇÃO - Obrigado, Presidente.



O Deputado Deley fez uma pergunta com relação à auditoria. Vou responder, porque obviamente vai ficar registrada a reunião — ele pode tomar ciência.

A auditoria interna que o Botafogo está fazendo começou recentemente e vai demorar ainda uns 4 meses. Aí sim vamos ter os números definitivos com relação as nossas dívidas trabalhistas.

Com relação à transparência dos contratos, questão levantada por Guilherme, a FIFA montou uma comissão, da qual faço parte, para regulamentar a relação entre empresários de futebol e clubes de futebol. O mote dessa comissão é exatamente a transparência nessa relação.

Então, da mesma forma hoje que um clube, ao negociar um atleta com outro clube, tem de fazer uma série de documentos que ficam registrados na FIFA — isso pode ser *on-line* — e todos sabem o valor e de que forma ocorreu, quanto o clube de origem pagou e quanto o outro recebeu, vai ficar também registrada na negociação a intermediação. E a FIFA está estabelecendo teto para isso, o que é ótimo.

Com relação aos contratos entre atletas e clubes de futebol, a questão da transparência, acho que juridicamente é mais difícil de acontecer, até porque existem questões de confidencialidade nesse contrato. Mas, de qualquer maneira, todos os conselhos fiscais dos clubes têm vista sobre esses contratos. Por exemplo, o Conselho Fiscal está terminando o ano dele e me pediu que faça vista em todos contratos que estão se encerrando este ano, até para contabilizar o que foi gasto efetivamente com salários, para saber se está batendo a conta. Isso ele faz, obviamente. Mas colocar isso de forma mais transparente, por exemplo, no *site* do clube, não sei se juridicamente é possível, considerando as cláusulas de confidencialidade, como as do contrato de transmissão.

Com relação à transmissão de TV, eu digo ao Deputado que essa é uma preocupação da Ponte Preta, como foi do Botafogo, inclusive por ocasião da ruptura do Clube dos Treze. Eu fui muito criticado na época, mas disse o seguinte: *“Se eu, Botafogo, ficar no Clube dos Treze, vou ficar engessado, e engessado eu não quero. Eu quero brigar por um direito melhor na questão do faturamento da transmissão”*.

Acho também que essa questão vai mudar. Por quê? Porque os clubes — Botafogo, Fluminense, Atlético, Cruzeiro — que não estão na mesma faixa de Vasco, São Paulo, Palmeiras, que não estão na mesma faixa de Corinthians e



Flamengo, mas estão numa faixa acima de Ponte Preta, Portuguesa e outros mais, já começaram a entender que esse fatiamento não está não vou dizer justo, porque, se foi aceito, está justo, mas não segue uma lei de mercado, que se chama audiência. Eu tenho certeza de que essa é uma briga que vai acontecer no futuro, e esse futuro está chegando, por quê? Porque todos nós queremos mais receita. Então, essa discussão vai acabar vindo.

Colocar isso nessa questão do projeto que estamos fazendo não sei se cabe, porque é uma relação comercial individualizada dos clubes com a rede de transmissão de televisão, mas é uma preocupação dos próprios clubes. Eu tenho certeza de que isso vai se modificar no futuro. Eu não tenho dúvidas disso. Por quê não tenho dúvidas disso? Vou lhe dar um exemplo. Se passar o jogo em TV aberta de Ponte Preta e Lanús, na quarta-feira, para o Rio de Janeiro, vai bater a audiência. Não tenho dúvida. Por quê? Porque é o produto futebol que vai estar na televisão. Essa discussão vai acontecer, Deputado, não sei se este vai ser o fórum, mas que vai acontecer nos clubes vai.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. MAURICIO ASSUMPÇÃO - Não! Não! Se transmitir por TV aberta para o Rio de Janeiro... Teoricamente, o que o Rio de Janeiro quer com Lanús e Ponte Preta? Nada! Mas se passarem, vai bater 24 pontos na quarta-feira.

(Não identificado) - Desculpe-me, Presidente, quero torcer para o Brasil, não quero torcer pela Ponte Preta.

O SR. MAURICIO ASSUMPÇÃO - Não! *(Riso.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Presidente, é importante dizer que 2 anos atrás o Goiás foi decidir esse mesmo campeonato e foi ignorado veementemente pelas emissoras de televisão do Brasil. Então, quando não é o eixo Rio-São Paulo...

O SR. MAURICIO ASSUMPÇÃO - Mas o senhor veja, por exemplo, a *TV Brasil* transmitiu um jogo do Santa Cruz, da terceira divisão, e bateu audiência. A *TV Brasil* bateu a *TV Globo* com a transmissão do jogo do Santa Cruz. Então, o futebol é um produto muito interessante, quando a gente fala de audiência.

Com relação à questão do Deputado Afonso Hamm sobre as novas receitas, antes, obviamente, de fazer as minhas considerações, em primeiro lugar, gostaria de



relembrar a minha visita a Pelotas e dizer que foi o primeiro gesto de solidariedade do Botafogo na minha administração. Eu disse, naquela época, que fiquei muito feliz de ter ido. Foi a única vez que me emocionei com uma torcida rubro-negra. *(Riso.)* Isso não é o normal. Quando recebi a homenagem da torcida xavante, eu disse isso ao microfone, debaixo de um frio de alguns graus a menos do que no Rio de Janeiro, que me emocionava muito, porque era a primeira vez que uma torcida rubro-negra me deixava naquele estado de sentimentos. Era muito orgulho para um Presidente do Botafogo estar ali naquele momento. Mas eu perdi o jogo. Sou tão solidário que perdi o jogo. *(Riso.)* Então, foi uma grata visita à Pelotas. Temos que marcar e voltar a Pelotas.

Eu concordo com as considerações do Vice-Presidente do Grêmio. Acho que, com relação a novas receitas e a novas modalidades de loteria, a gente tem que entender, porque a gente já teve uma lição da Timemania com relação ao jogo. Eu joguei o jogo Timemania duas vezes na minha vida. É preciso que a gente tenha apelo. *“Ah, mas não foi um jogo que pegou.”* Por que não pegou? Não pegou porque não houve interesse ou porque é complicado? Complicado não é. Marcar o nome do meu time não pode ser complicado, mas talvez o retorno do jogo não tenha sido interessante.

Obviamente, tem outras considerações em função disso. Mas eu digo que, se a gente tiver oportunidade de aumentar receita e, de alguma forma, colocar isso, como o Vice-Presidente do Grêmio disse, não só nas categorias de base de futebol, mas também nos esportes olímpicos... Algumas vezes, eu já disse que o modelo olímpico brasileiro está completamente errado. Ele não beneficia, como se diz na sua terra, quem cria o guri ou faz o guri; ele não beneficia o clube, quem forma. A gente não é contemplado por essa verba.

Depois, o Ministério, de forma muito apropriada, me fez uma reprimenda, dizendo que, como eu não tinha CND, não tinha direito a fazer projetos incentivados. Por isso, eu não podia pegar dinheiro no Ministério. Eu disse: *“Desculpe, Ministério. Estás errado, porque, na verdade, eu tenho uma associação olímpica e, através de uma associação olímpica, eu consigo fazer projeto incentivado”*. Agora, o Ministério estabeleceu uma nova regra: ou é o clube diretamente ou não pode nenhuma



associação ligada ao clube. Então, eu fui penalizado porque falei a verdade. Agora eu não consigo captar enquanto eu não tiver o CND.

Por que eu digo que o modelo olímpico brasileiro está errado? *“Ah, o Presidente, então, é contra a gente botar esportes nas escolas?”* Muito pelo contrário. *“Ah, o Presidente, então, é contra fazer os intercolegiais ou as olimpíadas universitárias ou as olimpíadas colegiais?”* Muito pelo contrário. O que eu acho é que o clube agrega valor a isso. Ou seja, eu posso ser o segundo nível nessa cadeia produtiva: as escolas revelam, eu assumo a responsabilidade técnica de desenvolvimento desse garoto ou dessa menina, desenvolvo potencial para levá-lo para um nível maior de referência em relação à cadeia do atleta olímpico. Mas hoje a gente tem um “x”. Parece que somos vistos como o patinho feio dessa estória. Aí, de novo, tinha o discurso: *“Ah, não, clube de futebol! Esses clubes têm uma gestão em que o dinheiro não vai para o esporte olímpico, mas para o futebol”*. Desculpe, hoje, a gente tem formas de efetivamente fiscalizar se o dinheiro está indo para o esporte olímpico ou não.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - Só para colaborar, nós fizemos uma discussão há pouco tempo. Tem 105 milhões, 110 milhões parados na Confederação Brasileira de Clubes. Fizemos aqui uma discussão dura, juntamente com o Deputado Otavio Leite, e aprovamos a legislação aqui. Eu era o Presidente na época e houve iniciativa de vários Parlamentares, para não ficar citando apenas alguns. A lei existe, foi regulamentada, os recursos foram repassados, mas não chegaram aos clubes ainda. Nós até demos um ultimato aqui, um tempo...

O SR. MAURICIO ASSUMPÇÃO - Até porque existe briga entre determinadas categorias de clubes.

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - É. Ficou constrangedor, mas nós legislamos, avançamos, há recursos, 105 milhões, hoje, parados, sem chegar ao clube formador. Nós precisamos formar. Isso foi aqui na Comissão há poucos dias.

O SR. MAURICIO ASSUMPÇÃO - Deputado, vou aumentar um pouco a lenha dessa fogueira. O Botafogo está tentando entrar numa associação de clubes formadores, mas não consegue. Eu não consigo me filiar porque agora disseram que, como não tenho CND, não posso. Eu perguntei: *“Mas, espera aí, vocês tinham quando formaram essa associação?”* *“Não. Não tínhamos, mas agora temos.”*



“Então, vocês estão me excluindo.” Eu sou formador. Estou há 4 anos pedindo para entrar nessa associação de clubes formadores. Eles não deixam. Depois, eu passo para o...

A gente sabe que tem briga de associações por conta dessa verba. A verba está lá, mas ninguém pode alcançar. Agora, apesar disso tudo, a gente conseguiu fazer uma equipe de remo que foi campeã estadual e brasileira e que cedeu praticamente 60% da equipe masculina de remo para o Brasil disputar o Sul-Americano.

Ontem, tive uma reunião em que eu disse aos vice-presidentes: *“Ano passado nós tivemos 3 milhões de déficit no esporte olímpico”*. Ou seja, entre receita e despesa dos meus esportes olímpicos, eu tive um déficit de 3 milhões. Eu digo o seguinte: *“Este ano, se a conta não bater, vocês vão fechar”*. Eu estou num ano eleitoral e vou assumir esse risco. Por quê? Porque não dá mais.

Paulo André saiu daqui há pouco tempo e falou da questão do *fair-play*. O *fair-play* já está acontecendo de forma emergencial. Eu perdi um treinador considerado *top* por quê? Porque o meu orçamento do ano que vem diz que eu não posso ter um treinador desse nível. O mercado está se movimentando no sentido de que os valores pagos hoje no futebol vão diminuir. Por quê? Porque não vai ter quem pague.

Então, na verdade, o projeto vem em boa hora, porque nós já entendemos que não dá mais para pagar. Eu disse ontem claramente: *“Eu não vou ter mais um ano igual ao que eu tive este ano”*. Este ano eu tive um ano complicado porque eu perdi um estádio, eu perdi mais de 20 milhões do meu orçamento. Eu tive que inventar um orçamento no meio do campeonato. E ainda sofro críticas da torcida porque vendi alguns jogadores. Se eu não vendo, como é que eu pago a conta? Estou chegando ao final do ano sem dever jogador e sem dever funcionário.

Mas é óbvio que os clubes estão entendendo, e o mercado, porque me diziam assim, também antes, Deputado Otavio Leite: *“Não, os clubes têm que criar um top, um teto para o pagamento de treinador”*. Eu disse: *“Amigos, o mercado vai dar o teto. O mercado vai dizer qual é o teto”*. E o mercado está dizendo qual é o teto. Tem muito treinador que não vai conseguir clube de ponta no ano que vem por conta dos valores que estão sendo exigidos. Por quê? *“Ah, porque os presidentes estão de*



birra?" Não, porque não têm dinheiro para pagar. Vai acontecer isso com jogador de futebol? Vai. Esta virada de ano agora vai ter muito jogador...

O SR. DEPUTADO AFONSO HAMM - É. O Grêmio está...

O SR. MAURICIO ASSUMPÇÃO -... de clube de ponta desempregado, se não revir sua pedida salarial. Claro, em contratos em vigor, você não pode fazer redução. Mas aqueles que estão com o contrato terminando e vão começar em clubes novos vão ter uma nova realidade. Por quê? Porque nós estamos pressionados. É muito.

Então, há mudança sim de filosofia na grande maioria dos clubes. E o projeto que está sendo feito na Casa, é claro que se já estivesse aprovado, Deputado Vicente Candido, seria o céu de brigadeiro, porque viria ao encontro de tudo que a grande maioria dos dirigentes de futebol pensam em relação a essa questão.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Eu queria aproveitar a experiência do Presidente Mauricio. Primeiro, esse desenho significa dizer, de mercado, que o senhor tanto apontou, que vai haver uma diminuição média nos salários dos atletas? É uma pergunta.

Agora, eu sei que não é objetivo o que eu vou perguntar, mas, pela sua experiência também, é um pouco a gênese disso tudo: o que houve no Brasil? Houve, nas décadas de 80 e 90, uma supervalorização, uma inflação nos salários, uma incompatibilidade de contratar sem poder pagar, o que saiu contaminando todo mundo? Foi isso? Há um marco nisso aí? Você poderia falar um pouco?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Eu queria acrescentar à pergunta de Otavio Leite se você acha que o futebol pode ser totalmente diferente de toda a lógica mercadológica de trabalho no mundo. Eu quero um advogado, eu contrato, faço um contrato por tempo definido ou indefinido. Se venceu ou não o prazo, eu posso chamá-lo, dentro da cláusula trabalhista, e rescindir o contrato. Ele vai embora e boa sorte. No futebol, você faz um contrato com um jogador... Eu estava agora com um jogador seu, em Goiás, emprestado. Parece que foi feito um contrato de 2 ou 3 anos com o Botafogo. Então, ele está no Atlético Clube Goianiense. Eu devolvo ele para você. Você não quer mais esse jogador lá, vai ter que cumprir o contrato dele mais 3 anos, com um salário, de repente, um tanto quanto oculto. Então, nós não temos também que discutir um pouco essa relação de



trabalho com relação ao clube de futebol? Porque hoje o clube só tem obrigação: o empresário recebe, o jogador recebe, a Receita Federal recebe, a Previdência recebe, e o torcedor recebe a dificuldade que o clube tem o tempo todo.

O SR. MAURICIO ASSUMPÇÃO - Bom, em relação a essa questão dos contratos, já respondendo a uma parte da pergunta do Deputado Otavio Leite: o valor médio dos contratos vai diminuir no Brasil? Vai. Vai porque a gente não tem condição de pagar o que se está pagando hoje. Essa é uma verdade. Segunda, o tempo médio dos contratos vai diminuir. Por exemplo, eu acabei de renovar com 2 atletas que terminaram o contrato este ano, por apenas mais 1 ano. Então, o que se fazia anteriormente, contratos com 2, 3, 4 anos, mesmo correndo o risco... Por exemplo, eu corri o risco de fazer um contrato curto com um atleta, e, se ele se sobressair, perdê-lo no final do contrato. Mas entendi que era melhor correr esse risco do que fazer um contrato dele de 3 anos para garantir que ele iria ficar comigo, mas se ele não “performasse”, no final do ano eu teria que mantê-lo na equipe sem ele estar “performando”.

Então, com relação a essa combinação de tempo de contrato e valor de contrato, eu acho que os valores vão diminuir, porque o mercado está exigindo, e o tempo de contrato vai diminuir, mesmo a gente tendo que correr o risco, porque é melhor correr esse risco do que ficar depois com um jogador que você não quer, com mais 2 anos de contrato, pagando valores. Isso eu acho que é a lei do mercado, e é assim que nós vamos nos adaptar. E essa é uma realidade que a gente vai viver já, nesta virada de ano. Não tem como não virar.

Aconteceram irresponsabilidades na década de 80? O que eu acho que aconteceu com relação aos salários dos jogadores num determinado momento? O mercado lá fora ficou extremamente aquecido. Ou seja, era um mercado comprador. Para você segurar mais tempo o seu jogador, você precisava pagar salários melhores. Com o advento da Lei Pelé, e a mudança da relação, se foi bom ou se foi ruim, interessa. Se o jogador era escravo e passou a não ser escravo, essa é uma discussão que a gente não precisa ter mais.

Eu estou dizendo o seguinte: veio uma nova realidade com a Lei Pelé. Então, você precisava fazer contratos com valores altos para garantir que, se aquele menino saísse, ou pela multa rescisória ou porque alguém veio aqui pagar, teria um



valor alto. Só que você faz sete, oito apostas, mas uma dá certo. Então, na verdade, você inflaciona o mercado. O mercado foi inflacionado sim. Aí, repito: a realidade que nós vamos viver a partir deste ano que entra é completamente diferente. Completamente diferente! Ela é boa para todo mundo; ela é salutar para todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - O.k. Eu quero agradecer a presença ao nosso...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Vamos votar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Nós vamos votar o requerimento agora.

Eu quero agradecer a presença a Mauricio Assumpção, Presidente do Botafogo de Futebol e Regatas. Está aqui também um torcedor, acompanhando Mauricio desde o começo, Leonan Fernandes, funcionário da Casa e, pelo jeito, apaixonado pelo Botafogo. Podia torcer para o Flamengo, para o Atlético Goianiense, mas torce para o Botafogo. Fazer o quê?

Antes de encerrar a audiência pública, quero agradecer a participação a todos os convidados, que muito nos honraram com sua presença e contribuição.

Dando sequência a esta reunião, nós vamos votar alguns requerimentos, para abrir uma janela para fevereiro.

Fique à vontade, Mauricio Assumpção.

Item 1. Requerimento nº 16, de 2013, do Sr. Vicente Candido (Projeto de Lei nº 6.753, de 2013), que *“requer a realização de Audiência Pública com três representantes das Federações Estaduais de Futebol, dentre as vinte e sete, indicados pela CBF — Confederação Brasileira de Futebol”*.

O requerimento está em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Só uma pergunta ao proponente: três é suficiente? V.Exa. acha três suficiente?

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Está em aberto. O Relator acha que...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Entre três e cinco está bom.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Cinco?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Cinco.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Cinco...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Vamos arredondar, vamos subir...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - ... para poder atender às realidades regionais do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - ... porque é melhor passar do que não ter. Até poderíamos, se V.Exa. permitir, aditar esse seu requerimento aqui, para que seja um representante de cada região, representante de federação, um do Norte, um do Nordeste, um do Centro-Oeste, um do Sul e um do Sudeste.

Então, serão cinco representantes de federação das cinco regiões brasileiras: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Em votação o requerimento. *(Pausa.)*

Aprovado.

Requerimento nº 26/13, do Sr. Hugo Leal, que *“requer a realização de audiência pública para discutir o Projeto 330/2011, que altera a Lei 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto da Defesa do Torcedor e dá outras providências, para impor limite ao horário de início das partidas e competições”*.

Eu quero acrescentar ao requerimento, aditá-lo, mesmo com a ausência do Deputado Hugo Leal, porque se trata de defesa do torcedor a questão da violência nos estádios, pois acho que caberá um capítulo especial sobre essa parte.

O Presidente da Casa acabou de falar comigo há pouco — quando fui cumprimentá-lo pelo aniversário — que se preocupou muito com o que aconteceu em Joinville e espera que possamos inserir um capítulo especial em relação a essa questão, endurecer o jogo em relação à questão dos baderneiros que vão aos estádios de futebol em nome de torcedores, pois eles não são torcedores, são baderneiros. Não queremos mais esses baderneiros nos estádios de futebol. E para isso temos que jogar duro.

Então, o Presidente pediu para a gente fazer um capítulo especial em relação à questão da violência nos estádios. Concordam? *(Pausa.)*

Em votação o Requerimento nº 26, aditado com a nossa proposta. *(Pausa.)*

Aprovado.



Requerimento nº 27/13, do Sr. José Rocha, que *“requer a realização de audiência pública com a presença do Sr. Mustafá Contursi, Ex-Presidente da Sociedade Esportiva Palmeiras e atual Presidente do Sindicato de Clubes de Futebol para possibilitar amplo debate do PL 6.753/13”*.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Ex-Presidente do Palmeiras e atual Presidente do Sindicato?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Mustafá Contursi. É porque há vários ex-Presidentes.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Eu acho legal fazer uma rodada com ex-Presidentes. Eu estou vendo aqui inclusive a sugestão do Márcio Braga. Eu acho legal, em momentos diferentes. Só homens que já passaram por...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Então, vamos acrescentar três outros. Três dirigentes?

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Vamos convidar uns cinco. E a gente pensa depois quem são.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Eu acho que a proposição do Deputado Otavio Leite está dialogando com os requerimentos seguintes, que poderiam fazer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Nós temos requerimentos a seguir. O convite a Márcio Braga está em outro requerimento.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - É isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Então, vamos aprovar este requerimento.

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovado o Requerimento 27/13.

Requerimento nº 28/13, do Sr. José Rocha, que *“requer a realização de audiência pública com a presença do Sr. Márcio Braga, Ex-Presidente do Clube de Regatas do Flamengo, para possibilitar o debate acerca do PL 6.753/13”*.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - O ex-Deputado e ex-Presidente Márcio Braga trabalhou muito na questão da Timemania. Poderíamos chamar, junto com ele, uns dois ou três que também trabalharam muito naquele instante. Eu não sei.



O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - O Vice-Presidente do Grêmio, que acabou de passar por aqui, também trabalhou nessa questão. Tem até uma questão de paixão da Timemania.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - O Fábio Koff.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Aliás, poderíamos convidar também o ex-Presidente Lula, porque quando eu fui falar para ele sobre o projeto, ele me disse: *“Mas a Timemania não resolveu? Eu criei e tal...”* Eu falei: *“Não, resolveu, mas precisa melhorar”*.

Vamos convidar, como corintiano, o ex-Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Mas aí nós teremos que fazer um requerimento especial para convidar o Presidente Lula.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - O Presidente Jovair Arantes e o Relator vão lá convidar o Presidente.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Não acho má ideia chamar, sim, personalidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Vamos aditar aqui, além de Márcio Braga, cinco outros presidentes, a critério do Relator.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Permita-me apenas uma ponderação.

Quando o Deputado Vicente Candido invoca essa lembrança, eu adicionaria o seguinte: nós todos somos necessariamente, como brasileiros, um pouco médicos...

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - De médico, técnico e louco todo mundo tem um pouco. Essa é a história.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - ...e técnico de futebol. Eu ia falar uma outra profissão que todo mundo é. Então, eu não vejo o mal em também chamar umas personalidades da República que queiram fazer uma mesa-redonda, porque todo mundo dá palpite sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Então, vamos aditar aqui...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Vamos pensar nisso. Vamos pensar.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Também o Belluzzo, ex-Presidente do Palmeiras.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Belluzzo. Vamos pensar em umas pessoas assim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Como o autor do requerimento não está presente, nós vamos...

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Eu subscrevo.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Eu subscrevo também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Então, nós podemos acrescentar o nome Márcio Braga a esse requerimento anterior que já foi votado, que previa o convite ao Mustafá, e de mais três outros Presidentes. Entre eles, vamos estender o convite ao Presidente Lula. Se ele puder vir, ótimo.

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento, com o aditamento necessário.

Requerimento nº 29, de 2013, de Wilson Filho, que *“requer a realização de seminário na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão, na cidade de São Luís do Maranhão, para debater o projeto de Lei nº 6.753, que cria o PROFORTE”*.

Eu acho que esse é um requerimento importante. Talvez devêssemos no momento dessa discussão ir ao Estado, principalmente porque emerge hoje o Sampaio Corrêa, um clube que venceu as dificuldades e chegou à Série B.

Talvez fosse importante fazermos lá um debate que serviria para toda a Região Norte. Se o Plenário concordar, vamos marcar esse seminário, desde que aprovado. Para lá iria o maior número possível de Deputados, para fazermos uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Eu não sei se eu posso, mas indago, Sr. Presidente, por economia processual, sugerir também que se realize um seminário no Rio de Janeiro — não sei em qual lugar, mas organizaríamos — com a presença dos clubes das divisões inferiores.

Interessa-me muito ouvir a realidade dos pequenos clubes — acho que é meu dever, inclusive. Então, sem prejuízo de outros que se façam nos demais Estados, eu queria aproveitar e já aprovar um seminário no final de janeiro para o Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Final de janeiro não será possível porque a Casa estará em recesso. Mas V.Exa. poderia apresentar manhã o requerimento, pois o votaríamos na audiência da semana que vem, que é a última.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Eu não posso fazer em janeiro?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Não, em janeiro nós estamos em recesso.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Mesmo sendo um seminário?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Bom, seminário, só se for patrocinado por alguma entidade. Pela Câmara, não, porque nós vamos estar em recesso.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Não, a gente se vira lá. Eu vou arrumar um espaço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Bom, só se for informal. Aí teria que ser informal. Ele não pode ser formalizado.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Não pode ser com a chancela da Câmara?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Não. Não pode.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Eu não posso ter uma delegação desta Comissão para organizá-lo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - V.Exa. teria a minha presença, a presença do Deputado Vicente, mas sem a chancela oficial ou a formalização.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Talvez um caminho do meio, Presidente e Relator, seria aprovar — e devem aparecer outras sugestões — e designar uma Subcomissão que organizasse essa audiência fora da sede.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - É, na condição de Relator, V.Exa. poderia apresentar esse requerimento; nós o debateremos aqui e, se a Comissão entender que pode estar presente lá...

Não sei qual seria a previsão no Regimento, mas, enquanto isso, a nossa assessora fará um levantamento para ver se, do ponto de vista regimental, o seminário pode ser feito no período de recesso. Se não puder, nós o faríamos extraoficialmente, apenas para coleta de dados.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Sr. Presidente, não vejo incompatibilidade. Já que no mês de fevereiro não haverá Carnaval, já que as Comissões não trabalharão muito, e essas audiências nos Estados seriam feitas na quinta-feira ou sexta-feira; no mínimo, com uma subcomissão seria possível realizar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Nós poderíamos fazer. Fazemos no Maranhão, no Rio de Janeiro...

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Segunda, quinta ou sexta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Duas audiências públicas dessa natureza acho que serão bem-vindas.

O SR. DEPUTADO VICENTE CANDIDO - Acho que dá robustez ao debate. Pode ser uma no Sul, uma no Norte, uma no Sudeste.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Nós faríamos numa quinta e numa sexta-feira.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Vamos fazer o seguinte: a nossa Secretária examina a viabilidade regimental.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jovair Arantes) - Se for possível, podemos fazer no final de janeiro. Lá pelo dia 25 já voltou quase todo mundo.

Coloco o requerimento do Sr. Wilson Filho em votação. Trata-se de audiência pública no Estado do Maranhão.

Em votação. *(Pausa.)*

Aprovado.

Nós vamos fazer contato com a Assembleia Legislativa do Maranhão para ver a data mais oportuna.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando reunião ordinária para o dia 11, amanhã, quarta-feira, às 14h30min, com a seguinte pauta: reunião de audiência pública com representantes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do Ministério do Trabalho e do Ministério da Previdência. Ou seja, amanhã nós vamos ouvir os algozes, os cobradores.

Está encerrada a audiência.